



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 019**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	05
Indicações	06
Questão de Ordem	06
Requerimentos	07
Projeto de Resolução ‘	-
Projetos de Lei	15
Projeto de Lei Complementar	-
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	20
Dep. Elio Rusch	21
Dep. Tadeu Veneri	22
Dep. José Domingos Scarpellini	23
Dep. Reni Pereira	23
Dep. Pedro Ivo Ilkiv	24
Grande Expediente:	
Dep. Pedro Ivo Ilkiv	25
Sr. Geraldo Ninon	25
Sr. Marcos Rochinski	25
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT:	
Dep. Pedro Ivo Ilkiv	26
Liderança do PDT	
Dep. Augustinho Zucchi	28
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch	30
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	32
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	33
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	34
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (Votação em)	35
2ª Discussão (Votação em)	35
1ª Discussão	36

Requerimentos45

Encerramento da Sessão45**Publicações:**

Administrativas

Despacho do Diretor46

016ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE MARÇO DE 2006**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, André Vargas, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio e Waldir Leite (09). E em viagem representativa a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Quero dar as boas vindas aos nossos agricultores, às nossas agricultoras e dizer da satisfação em recebê-los aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, que é a casa de vocês.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 018/06

Curitiba, 15 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando autorizar o Poder Executivo a efetuar reversão ao município de Toledo, de área com 5.023,40m², composta pela Chácara nº 43/44-A, oriunda da subdivisão da Chácara nº 54 e parte das Chácaras nº 43 e 44, na Vila Industrial, naquele município, conforme especificações constantes da matrícula nº 36.249, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

O plano de lei em referência atende aos superiores interesses públicos, sendo indiscutivelmente justo e oportuno, eis que a área que retornará ao patrimônio municipal foi havida pelo Estado por doação do município de Toledo, para construção de unidades escolares. Ocorre que, conforme informações prestadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a área dotada ao Estado não foi até hoje utilizada e nem há interesse e condições para tal. É que o referido município de Toledo doou ao Estado área maior, com 7.434,20m², e de localização mais adequada para ampliações na rede estadual de ensino.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar reversão ao município de Toledo, de área com 5.023,40m², composta pela Chácara nº 43/44-A, oriunda da subdivisão da Chácara nº 54 e parte das Chácaras nº 43 e 44, na Vila Industrial, naquele município, conforme especificações constantes da matrícula nº 36.249, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2º A área em questão será destinada à implantação de unidades do serviço público do Município, retornando ao patrimônio do Estado, caso se comprove destino diverso.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/06

Curitiba, 22 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, em conformidade com o artigo 64, inciso II da Constituição Estadual, para ser apreciada por essa augusta Assembléia Legislativa, a inclusa proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar os parágrafos 17 e 18, ao artigo 27 da Constituição Estadual, conforme a justificativa abaixo:

Alguns representantes dessa Casa de Leis encaminharam para apreciação a Proposição nº 40/05, por meio da qual sustentam deva ser examinada no âmbito estadual proposta de Emenda Constitucional, pela qual o Legislativo Estadual estaria a dar exemplo para a nação, combatendo a prática do nepotismo.

A questão é polêmica e deve ser tratada com a devida seriedade.

Etimologicamente, nepotismo deriva do latim *nepos*, *nepotis*, significando, respectivamente, neto, sobrinho, *Nepos* também indica os descendentes, a posterioridade, podendo ser igualmente utilizado no sentido de dissipador, pródigo, perdulário e devasso.

A divulgação do vocábulo (ao qual foi acrescido o sufixo *ismo*), no sentido hoje difundido em todo o mundo, em muito se deve aos pontífices da Igreja Católica. Alguns papas tinham por hábito conceder cargos, dádivas e favores aos seus parentes mais próximos, terminando por lapidar os elementos intrínsecos ao nepotismo, que, nos dias atuais, passou a ser associado à conduta dos agentes públicos que abusivamente fazem tais concessões aos seus familiares.

O neopotismo, em alguns casos, está relacionado à lealdade e à confiança existente entre o benemérito e o favorecido, sendo praticado com o fim precípua de resguardar os interesses daquele. Essa vertente foi percebida na conduta de Napoleão, que nomeou seu irmão, Napo-

leão III, para governar a Áustria, que abrangia a França, a Espanha e a Itália. Com isto, em muito diminuíam as chances de uma possível traição, permitindo a subsistência do império napoleônico. Em outras situações, o benefício tão somente beneficia determinadas pessoas a quem é grato, o que, longe de garantir a primazia de seus interesses, busca recompensá-los por condutas pretéritas ou mesmo agradá-las. Como ilustração, pode ser mencionada a conduta de Luiz XI, que presenteou sua amante Ana Passeleu com terras e até com um marido (João de Brosse), o que permitiu fosse elevada à nobreza.

Para outros, a expressão derivada de *nepos*, espécie de escorpião, cujas crias, assentando-se sobre o dorso materno, devoram-no pouco a pouco.

Conforme San Isidoro, em suas etimologias, tem-se por *nepos* aqueles que dilapidam os bens de seus parentes, também denominados *nepotes*. *Nepotatio*, então, vem a ser o ato de gastar, abusivamente, o dinheiro dos pais (Joaquín Gonzales Cuenca, *Las Etimologías de San Isidoro Romanceadas*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1983, v. 1). Muito sugestiva é a observação feita por Samuel Pitiscus, em seu reputado *Dictionnaire de Antiquités Romaines*, Paris, 1766, v. 2: *NEPOS - dans les auteurs de la bonne latinité, ce mot se prend pour petit fils; mais dans les auteurs de la basse, il se prend pour Neveu: clétoit aussi un surnom commun à plusieurs Familles de Rome, surtout à celles des Metellus. On appelloit encore Nepotes, les gens perdus de débauche, & qui slétoient ruinés par leurs excès, par allusion sans doute à la coutume qu'ils ont les grands pères de gâter leurs petits fils. L'Empereur Adrien ordonna des peines offitives contre les dissipateurs de ce genre: il les faisoit fouetter publiquement au milieu de l'Amphithéâtre, & après cela, on les laissoit aller ou ils vouloient.*

Forma impura de governo na qual os governantes visam tão-somente o bem particular próprio e o dos parentes. Charles Aixkin o define como a prática pelo qual uma autoridade pública nomeia um ou mais parentes próximos para o serviço público ou lhes confere outros favores, a fim de promover o prestígio da família, aumentar a sua renda ou ajudar a montar uma máquina política, em lugar de cuidar da promoção do bem-estar público. O aspecto familiar distingue nepotismo dos termos mais amplos, porém intimamente relacionados, “pistolão” e empreguismo (*Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, FGV, 1986).

Nepotismo, em essência, significa favorecimento, situação bem diversa daqueles agentes que ostentem equilíbrio de caráter e que conseguem manter incólume a dicotomia entre o público e o privado, impedindo que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar.

O nepotismo poderá ser associado ao desvio de finalidade, o que demandará a análise do contexto probatório. O provimento de determinado cargo, ainda que sujeito à subjetividade daquele que escolherá o seu ocu-

pante, sempre se destinará à consecução de uma atividade de interesse público.

Desse modo, quando houver um perfeito encadeamento entre a natureza do cargo, o agente que o ocupará e a atividade a ser desenvolvida, não se poderá falar em nepotismo. Só haverá essa prática de todo reprovável aos olhos da população, desde que apuradas as causas da nomeação, as aptidões do nomeado, a razoabilidade da remuneração recebida e a consecução do interesse público. Só pela aferição desses elementos é que o possível identificar a inadequação do ato aos princípios da legalidade e da moralidade, bem como a presença do desvio de finalidade.

Não é incomum, principalmente no atual momento político nacional, surgir na imprensa matéria denunciando o nepotismo de algum político. Também não é rara a idéia de algum parlamentar defendendo a proposição de norma legal proibindo a contratação de parentes, via de regra só com o propósito de obter aprovação da grande mídia e da incauta população.

O pressuposto dessa discussão é o de que alguns cargos de confiança, mesmo no serviço público, devem ser preenchidos sem a necessidade de concurso público. São cargos temporários, subordinados ao mandato do chefe. O contratado vai embora quando o contratante perde o cargo. Não acredito que seja possível alguma defesa séria acerca da idéia de que um prefeito recém eleito, por exemplo, possa manter como seu chefe de gabinete ou secretário particular alguém que já estava no cargo com seu antecessor. Também não tem lógica alguma exigir que um cargo destes será preenchido através de concurso público.

Por causa disso mesmo que o sistema de governo presidencialista e democrático dá essa flexibilidade ao agente político, no sentido de só ter assessores de sua confiança, escolhidos por ele, é claro que dentro dos princípios de eficiência e de legalidade.

A campanha anti-nepotismo tenta combater o empreguismo desenfreado que assola Prefeituras, Câmaras, Assembléias e Tribunais brasileiros. É evidente também que há casos onde o excesso é prova da má-fé. Mas, é pouco provável que o critério de confiança e competência terminasse por escolher exclusivamente parentes para os cargos. Daí, a querer proibir a contratação de qualquer parente para qualquer cargo, vai uma longa distância.

Para o erário não faz a menor diferença se o contratado é o amante, vizinho ou colega de partido político (não-parentes) ou concunhado, primo-segundo ou tio (parentes). O que faz diferença é se ele é útil, competente, trabalha e cumpre horário ou só aparece para buscar o salário, seja parente ou não.

Proposta tal como a consubstanciada na PEC 40/05 não inibe em nada o empreguismo. Basta que um Deputado Estadual ou mesmo um Vereador (sequer contemplado na proposta) contrate o primo do outro e o outro a sobrinha do um e tudo estará resolvido.

Perdoem-me os moralistas de plantão, mas esta proposta é criticável.

Toda norma jurídica deve ter base e não simplesmente tentar coibir excessos. Não nomear parentes para cargos de confiança no serviço público me parece mais um bom conselho do que uma boa lei. Infelizmente, nem mesmo a legislação às vezes é capaz de substituir o bom senso.

Mas, não só porque o tema está sendo tratado com claro desvirtuamento daquilo que se considera nepotismo, outra consideração tenho a fazer.

Tramita no âmbito do Congresso Nacional emenda constitucional contendo finalidade similar, pelo que o correto seria se aguardar a sua votação para se pretender, aqui no âmbito do Estado do Paraná, disciplinar a matéria. É que se corre o risco de gerar legislação em contrariedade com aquela futura, cujo âmbito de incidência é maior e diverso.

De outra parte, para que se fale, abstratamente, em combater o nepotismo, em seu conceito correto, no sentido de que é instrumento de patrocínio de violação aos princípios da impessoalidade e da eficiência da Administração Pública, entendo que o tema deva ser abordado em todas as esferas de Poder.

A proposta de emenda dessa Casa de Leis, longe de ter algum conteúdo moralizador, dá ensejo, claramente, ao chamado nepotismo cruzado ou mediante reciprocidade, pois trata da questão apenas no âmbito de cada Poder ou de cada instituição.

Por isso e em sendo o caso de se dar seguimento à tramitação da PEC 40/05, independentemente da cautela de se aguardar a votação e a promulgação daquilo que está âmbito do Congresso Nacional, tomo a liberdade de formular a inclusa Proposta de Emenda, o que faço na forma do artigo 64, 11, da Constituição Estadual, para que seja apensada àquela já em tramitação embrionária no âmbito da Comissão Especial.

Assim, a proposta de emenda que submeto à essa Casa de Leis é bem mais abrangente, no sentido de vedar a investidura em cargos em comissão de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos, afins ou por adoção, em linha reta ou colateral, até o segundo grau dos agentes públicos que relaciona, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios indicados no artigo 7º desta Constituição, ou seja, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. Se o que se quer é, enfim, vedar a contratação pura e simplesmente de parentes, que se faça isso em todas as esferas de Poder.

A proposição visa também evitar a burla das disposições, mediante investidura recíproca entre os Poderes do Estado, Municípios e das instituições do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, pela indicação dos agentes públicos, apontados nos incisos do parágrafo 17 da proposta de emenda, daquelas pessoas com laços de parentesco.

Na mesma diretriz ética, a proposta veda a nomeação de Deputados Estaduais, de Vereadores e das pessoas que com eles mantenham parentesco até 2º grau, para cargos de Secretários de Estado, Secretário Municipal e de Conselheiro do Tribunal de Contas, vedação essa necessária e indispensável para não permitir favorecimento e submissões entre Poderes e, principalmente, no sentido de resguardar fielmente a independência dos mesmo.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROPOSIÇÃO Nº 027/06 PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O artigo 27 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 17. Fica vedada a nomeação, para cargo em comissão, de cônjuge, parente, consanguíneo, por adoção ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná e dos Municípios, indicados no artigo 7º desta Constituição e das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

I - do Governador, do Vice-Governador de Estado e dos Secretários de Estado;

II - do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - dos Deputados Estaduais;

IV - dos Vereadores;

V - dos Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros do Tribunal de Contas;

VI - dos Desembargadores ou Juízes de Direito;

VII - dos Serventuários da Justiça, dos foros judicial e extrajudicial;

VIII - do Chefe do Ministério Público do Estado, Procuradores e Promotores de Justiça.

§ 18. É vedada a investidura de Deputado Estadual, de Vereadores e das pessoas que com estes possuam vínculos de parentesco, na forma indicada no *caput* do parágrafo 17, nos cargos de Secretário de Estado, de Secretário Municipal e de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 2007.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO Nº 116/06

Curitiba, 22 de março de 2006.

Sr. Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do

dia 22/03/2006, por estar ausente da Capital do Estado, em visita às minhas bases eleitorais no Noroeste do Estado, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naquela data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 27.03.2006.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 005/06

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Diretor-Geral do Detran-PR (Departamento Estadual de Trânsito do Paraná), para que o mesmo crie um programa ou parceria com a finalidade de destinar, via doação de motos ou sucatas de motos apreendidas pelos órgãos fiscalizatórios, para que as mesmas sejam utilizada por entidades representativas sem fins lucrativos, visando a adaptação ou a transformação em cadeiras motorizadas para portadores de necessidades especiais.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para tal ato deve-se ao fato de que a comunidade cobra do Poder Público ações que possibilitem cada vez mais a dignidade e acesso à oportunidade a todos. A melhoria da qualidade de vida em relação a alguns portadores de necessidades especiais está ligada diretamente à sua limitação de locomoção.

A CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, através da Campanha da Fraternidade, ressalta a importância da sociedade como um todo, facilitar a integração dos portadores de necessidades especiais em todos os sentidos. Vale ressaltar a importância desta ato, uma vez que, em todo o Paraná existem, segundo dados dos órgãos competentes, cerca de 1.200.000 (hum milhão e duzentos mil) deficientes físicos que necessitam de algum tipo de apoio dos poderes local e estadual.

A indicação legislativa em tela vai ao encontro também do Requerimento nº 021/06 de autoria do Vereador Tadeu Madeira, aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Os interesses da comunidade paranaense certamente ampararão a ação requerida do Executivo, vez que tanto no aspecto social como econômico, o Estado dará uma finalidade louvável não só às sucatas como às próprias motos apreendidas.

Certamente, ao critério da eficiência do papel do Estado, cuja arrecadação em leilões de veículos do gênero muitas vezes não cobre nem os custos da guarda e

estacionamento do Detran, somar-se-ão aos benefícios da celeridade da doação ou destinação para utilização ou adaptação como cadeiras ou veículos especiais motorizados por parte da entidade que representam os portadores de necessidades especiais. Assim, esta iniciativa do Detran do Paraná também colaboraria para que os poderes públicos, na forma da legislação em vigor, façam as adequações nas calçadas, entre outras ações de respeito aos portadores de necessidades especiais.

Diante do exposto, peço aos nobres Parlamentares que aprovem a presente Indicação Legislativa e que se somem a nós nesta luta em favor dos portadores de necessidades especiais.

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM 578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, especialmente no artigo 120 do Regimento Interno desta Casa, vem, respeitosamente, perante V. Exa. constituir Questão de Ordem pelas razões de fato e de direito que passam a ser expostas:

1 - Do Fato

I - Está em tramitação nesta Casa de Leis, Proposta de Emenda Constitucional nº 40/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiada por outros Parlamentares, ainda não votada pelo Plenário desta Assembléia.

II - O Exmo. Governador do Estado encaminhou a esta Casa de Leis Mensagem nº 021/06, que objetiva acrescentar os parágrafos 17 e 18 ao artigo 27 da Constituição Estadual.

2 - Do Direito

O artigo 120 do Regimento Interno desta casa determina o seguinte:

Art. 120. Poderá a Assembléia decidir, com requerimento de qualquer Deputado que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das comissões permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas em uma só.

Determina, ainda, o artigo 195 o seguinte:

Aplicam-se à proposta de Emenda à Constituição no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

3 - Questão de Ordem

Assim sendo, solicitamos a apensação da Proposta de Emenda Constitucional, apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na forma do artigo 64, II da Constituição Estadual, à Proposta de Emenda Constitucional nº 40/05, por tratar de matéria de igual conteúdo.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICAM essa Presidência e aos demais Pares desta Casa de Leis, a escolha do Deputado Luiz Carlos Martins como Líder do PDT - Partido Democrático Trabalhista, nesta Casa, a partir de 07 de abril de 2006.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS MARTINS, RENATO GAÚCHO, BARBOSA NETO, NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

Observado o disposto no artigo 131, parágrafo 2º, inciso XII do Regimento Interno, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 28/06, que altera a redação da Lei nº 14.976/05.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 019/06, Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo, estabelecendo normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 066/06.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 107/06, que declara de Utilidade Pública a Organização Viver, com sede e foro no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação da proposição oriunda da Mensagem nº 021/06, de autoria do Poder Executivo, à Proposta de Emenda Constitucional nº 40/05.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização de viagens para os Deputados José Domingos Scarpellini, Elton Carlos Welter, Ademir Bier e o Secretário da Comissão de Direitos Humanos Osni Calixto, para viajar até as cidades de Guaíra, Alto Paraíso e Amambaí, nos dias 23, 24 e 25 de março de 2005, para tratar de assuntos referentes aos ilhéus desapropriados do Parque Nacional de Ilha Grande.

Requer ainda, sejam liberadas as referidas passagens diárias acima citadas, dos respectivos representantes que estarão tratando de assuntos da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e o Secretário da Comissão de Direitos Humanos Osni Calixto.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Como já é do conhecimento desta Casa, os Parlamentares Ademir Bier, Elton Carlos Welter e José Domingos Scarpellini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estão empenhados na questão de indenização pela união dos ilhéus desapropriados de Ilha Grande.

Esta semana o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Conama e o IAP encaminharam, conjuntamente, uma série de medidas como proposta às lideranças e às famílias que se encontram acampadas na Ilha Bandeirante, onde este Presidente já esteve mediando as negociações.

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 23/08/06 às 17h para comemoração do Dia do Dr. Daisaku Ikeda.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que a Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Benemérito ao Sr. Assis Gurgacz,

Lei nº 14.071, seja transferida para o dia 05 de maio do corrente, na cidade de Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Corte, de Marechal Cândido Rondon/PR, pelo falecimento do Sr. Saluar Corte, na última segunda-feira. A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Saluar Corte deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Arseli Marlise Lorenz, via correspondência a ser encaminhada à Rua Espírito Santo, 280 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Francisco Botelho, de 90 anos, ocorrido no dia 21 de março de 2006, na cidade de Apucarana, vítima de diabetes.

Ele era casado com Dona Eurípia Manhas, com quem veio em 1946 para Apucarana, onde se instalou como comerciante na Barra Funda. Deixa filhos, netos e bisnetos.

Importante homem público, participou de diversos movimentos políticos de Apucarana e foi, durante muitos anos, dirigente do clube de futebol profissional Grêmio Esportivo e Recreativo Apucaranaense, que foi destaque do Paraná nos anos 50 e 60.

Esta Casa lamenta a morte do Sr. Francisco Botelho e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências, e que seja oficiada a família, em Apucarana.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Gomes Gotardo, aos 71 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Geni do Carmo Rodrigues de França, ocorrido em 21/03 do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos, colegas de trabalho na Rádio Banda B e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Olmiro Terres, ocorrido em 14 de março do corrente ano, em Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 82 anos de idade, faleceu dia 14 de março do corrente ano, em Clevelândia, o Sr. Olmiro Terres, deixando viúva a Sra. Zilá Arruda Terres. Deixou ainda os filhos: Nanci Lurdes Ferronato e José Luiz Terres.

O passamento do Sr. Olmiro Terres veio entristecer profundamente seus familiares, parentes e amigos, dentre eles este Parlamentar.

Há pessoas que passam pela vida como estrelas brilhantes que, iluminando os caminhos, deixam um rastro que não se apaga, e, assim foi a existência do Sr. Olmiro Terres, que exercia a profissão de pintor e foi um exemplo de pai, amigo fiel, de grande sentimento humano

que o tornava ainda mais querido por todos aqueles que o rodeavam.

O destino privou seus familiares e amigos, bem como a comunidade clevelandense do seu convívio, entretanto nos deixou uma grande lição de vida e um grande legado de bons exemplos e ações.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Olmiro Terres encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de dor e angústia.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Terres, enviando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento da Sra. Ilda Aura Silva Alves, mãe do Sr. Dirceu da Silva Alves, Prefeito Municipal de Prado Ferreira.

Dona Ilda tinha 73 anos e residia na cidade de Álvares Machado, no Estado de São Paulo. Deixa cinco filhos, três noras, seis netos e um bisneto.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa Legislativa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Ernesto Dall'Oglio, Cidadão Honorário do Paraná, ocorrido no dia 24 de março de 2006, na cidade de Toledo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja oficiada à família enlutada, na pessoa da viúva Wanda Dall'Oglio, residente à rua Sete de Setembro, 1414 - CEP 85.902-050 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVAS:

Perde Toledo uma das pessoas mais ilustres, que tanto contribuiu com o seu engrandecimento desde o ano de 1950 e que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida.

Um homem probo, firme, decidido, honrado, respeitado, fazendo parte de todos os fatos mais notáveis ocorridos na história de desenvolvimento do município de Toledo, da região Oeste e igualmente reconhecido a nível de Estado do Paraná.

Primeiro médico de Toledo, iniciando sua atividade em janeiro de 1950 e logo, pela sua dedicação e pro-

fissional capacitado e responsável, alcançou respeito e fama na região Oeste.

Perfeitamente integrado à então pequena comunidade e definitivamente decidido em permanecer residindo, Ernesto Dall'Oglio, com sua experiência, sabedoria e espírito comunitário, destacou-se como grande líder político, desde a luta pela emancipação do município.

Eleito o primeiro Prefeito de Toledo, assumindo o cargo em data de 14 de dezembro de 1952, com mandato até 14.02.56. Vereador por duas legislaturas, 1957 e 1962, quando em 25 de outubro de 1962 assumiu novamente como Prefeito, em substituição a Willy Barth que faleceu em acidente.

Deputado Estadual de 1975 a 1979 e Deputado Federal de 1979 a 1983.

A Assembléia Legislativa e o Estado do Paraná também se consideram em luto pelo falecimento de Dr. Ernesto Dall'Oglio, somando-se à dor da família enlutada, dos parentes, amigos e população de Toledo.

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de profundo pesar e condolências à família de Rosa Pereira de Oliveira, mãe do Presidente Nacional do PAN - Partido dos Aposentados da Nação, Sr. César Tavares, falecida no dia de hoje no município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Hospital Dr. Anísio Figueiredo, em comemoração ao aniversário de dezoito anos.

Requer ainda, envio de cópia ao Diretor do Hospital, Dr. Anísio Figueiredo, no endereço: Rua Cegonha, nº 200 - Conjunto Violim - CEP 86084-635 - Londrina/PR.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à jovem maratonista Drielly Aparecida Nunes, que aos quatorze anos conquistou o tricampeonato da 6ª Prova Rústica "São José", de Campo Mourão.

A jovem Drielly é moradora do município de Sarandi e compete pela equipe de atletismo do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Maringá.

As conquistas da atleta começam a despertar interesses em outros municípios interessados no trabalho da jovem.

As conquistas dessa jovem atleta são expressivas, ainda mais em se relevando as dificuldades de apoio ao esporte.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Secretária da Mulher do município de Campo Mourão, Exma. Sra. Regina M. Bronzel Dubay, parabenizando a mesma em razão do lançamento da campanha educativa “um tapinha não dói” que combate a violência contra a mulher, em parceria com a Polícia Civil de Campo Mourão.

É fundamental a adesão de todos os municípios a essa campanha, procurando erradicar da sociedade o desrespeito à condição feminina.

Cabe enfatizar que a Deputada signatária, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescentes, está encaminhando fac símile aos municípios, solicitando o apoio à campanha da Prefeitura do município de Campo Mourão, estendendo essa importante iniciativa a todos os municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Reserva, pela passagem do 85º aniversário de sua emancipação política, ocorrido dia 26.03.06, bem como pela realização da 1ª festa do Tomate, dias 24, 25 e 26 do mês de março/2006.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Frederico Bittencourt Hornung, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Aleixo Lopata, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem do 85º aniversário da emancipação política do município de Reserva, em data de ontem

26.03.06, foi comemorada festivamente por toda a população, que radiante de alegria testemunhou o trabalho que a Administração do Município, juntamente com seus representantes estaduais, vem desenvolvendo em prol daquela região.

Também estão todos de parabéns pela realização da 1ª Festa do Tomate, nos dias 24, 25 e 26.03.06, que culminou com a criação de um plano de atuação de Desenvolvimento Regional Sustentável para o cultivo de tomate. Reserva é o maior produtor do Estado com 36,4 mil toneladas por ano. O cultivo dessa hortaliça corresponde a 28% do Produto Interno Bruto Municipal. A iniciativa pretende inserir micros e pequenos empresários rurais em cadeias produtivas para inclusão social e geração de renda.

A brilhante iniciativa foi tomada em conjunto com: Prefeitura, Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Emater e Associação dos Tomateiros e dos Hortifrutigranjeiros.

É por essa razão que o Poder Legislativo do Estado do Paraná através deste Deputado, congratula-se pela celebração dos 85 anos da emancipação política do Município e, pela brilhante idéia da criação do plano que trará grandes benefícios a toda a população de nossa querida e acolhedora Reserva.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran-PR, em razão dos relevantes serviços prestados no exercício do cargo, levando o Detran/PR a ser considerado um dos melhores do país.

A seriedade na condução dos trabalhos do Detran/PR é a marca do Dr. Marcelo Almeida, fruto de muito trabalho e do desenvolvimento do conhecimento na área de trânsito.

Marcelo Almeida vem desenvolvendo importante trabalho de conscientização dos condutores paranaenses.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Reserva, através de seu Prefeito, Sr. Frederico Bittencourt Hornung, pela passagem, no dia 26 de março passado, do aniversário de Emancipação Política do Município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Muni-

cipal, Av. Cel. Rogério Borba, 746, CEP 84320-000, Reserva-PR.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia voto de congratulações, à Secretária de Estado da Cultura, Vera Mussi e Luiza Nelma Sillus, de Cultura Municipal de Irati, e sua valorosa equipe pela promoção e realização do Seminário da Cultura Paranaense, que acontecerá dia 30 de março.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Cultura é um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes, que distinguem um grupo social.

Cultura de um povo é o seu saber e o seu comportar-se. Sua tradição e sua memória. Sua identidade. Aquilo que o distingue de outros grupos sociais.

Cultura é também um complexo de atividades ligadas à criação e difusão das belas artes e das ciências humanas. Cultura é um patrimônio do povo. Cultura é, portanto, o cuidado com o cultivo. O tratar bem. O fazer prosperar.

Mais uma vez vale a frase de Tolstoi, para valorizar o Brasil e o nosso Paraná: “Quem quer ser universal, canta sua aldeia”.

Seja este requerimento encaminhado à Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto, Rua Ébano Pereira, 240 - CEP 80410-903 - Curitiba-PR e à Diretora do Departamento de Cultura da Prefeitura de Irati, Luiza Nelina Sillus, Rua XV de Julho, 329 - Irati/PR - CEP 84.500-000.

REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de congratulação ao Sr. Sidnei Jonaldo Jorge pela vitória na eleição para o cargo de Presidente da Associação das Câmaras Municipais do Centro-Sul do Paraná - Acamcespar.

O trabalho realizado pela Associação tem sido objeto de elogios em toda região centro-sul. A eleição do Vereador Sidnei só vem corroborar a realização dos bons trabalhos executados naquela região.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o Vereador Sidnei Jonaldo Jorge, na Câmara Municipal de Irati, Rua Dr. Correia, nº 139, 84500-000, Irati/PR, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Alberto Jeumann, pelos relevantes serviços prestados na área contábil e assessoria fiscal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Casal: Antonio e Cibele Conselvan (Indústria de Artesanatos Cibely Baby), pelos relevantes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente propor voto de louvor ao Sr. Roberto Kaiser, pelo brilhante trabalho que desenvolve junto à comunidade gay, trabalhando voluntariamente na área da saúde, especificamente na prevenção e conscientização dos portadores do vírus HIV.

Detaca-se ainda em outras áreas tais como: meio ambiente, biodiversidade, biossegurança, trabalho infantil e violência sexual.

Seu trabalho é tão renomado que exerce cargos voluntários em várias instituições. Destacam-se: Presidente do Instituto Paranaense 29 e junho - Direitos Humanos; Vice-Presidente da Abragay - Associação Brasileira dos Gays; Vice-Presidente do Fórum de ONG's AIDS do Estado do Paraná; Coordenador do Fórum Paranaense da Diversidade Humana do Paraná; Conselheiro da Coped - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Roberto Kaiser, na Rua 13 de Maio, nº 1206/03A, Largo da Ordem, Curitiba/PR, CEP: 80.510-030, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião e ao Prefeito de Curitiba, Beto Richa, extremado votos de congratulações pela inauguração da

Unidade de Saúde 24 horas do bairro do Pinheirinho, no dia 25 de março de 2006.

A Unidade de Saúde 24 horas Pinheirinho, terá capacidade de realizar aproximadamente 650 consultas médicas por dia e beneficiar cerca de 250 mil moradores daquela região, principalmente a população mais carente.

Destacou-se, ainda, a importância da parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado, deixando de lado as divergências político-partidárias e trabalhando em prol dos interesses da população.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, recomendando a decretação do estado de emergência, para a agricultura do Sul do país, em razão da pior estiagem por que passou a região Sul, nos últimos quarenta anos.

Essa estiagem afetou a produção das principais culturas dos estados do Sul, como milho, feijão e soja, causando perdas estimadas em R\$ 6 bilhões de reais.

O alto custo do plantio da safra de 2004/2005 e a forte queda de preços nas exportações no período da comercialização daquela safra, com o dólar valorizado em 2004, os agricultores pagaram caro pelos insumos importados como os fertilizantes. Na hora de exportar - no ano passado - a baixa do dólar trouxe enorme prejuízo aos produtores que receberam menos do que pagaram pela produção.

Desta forma, solicita o envio de expediente ao Sr. Ministro, que recomende ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a expedição de medida provisória:

1 - Propondo o alongamento e securitização das parcelas vencidas de custeio e investimento em 2005, das parcelas de investimentos vincendas em 2006 e o custeio e FAT - Giro Rural, vincendos em 2006, unificando esses valores, transformando-os em uma nova obrigação de longo prazo, para pagamentos em até 10 anos, com dois anos de carência.

2 - Editar ato normativo para prorrogar as parcelas vencidas em 2005 e as vincendas em 2006 do PESA e a securitização, fixando os seus vencimentos subsequentemente após o vencimento da última prestação.

3 - Apresentar proposta no Codefat com o objetivo de permitir que essa linha possa ser acessada diretamente pelo produtor e viabilizar a sua utilização para resgate de CPR junto às instituições financeiras.

4 - Reavaliar as garantias vinculadas à renegociação das dívidas através dos critérios estabelecidos entre o setor privado e o governo e liberar as garantias excedentes.

5- Emendar o orçamento das Operações Oficiais de Crédito com crédito suplementar de R\$ 2,2 bilhões, para que o montante total destinado às operações da PGPM atinja R\$ 2,8 bilhões. Esses recursos viabilizarão a formação de 7,8 milhões de toneladas de estoque e a realização de 13,8 milhões de toneladas de contratos de opções de produto agrícolas.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, e Abastecimento, Orlando Pesutti, solicitando a declaração de estado de emergência no Estado do Paraná, em razão das fortes estiagens que se abateram sobre o nosso Estado, trazendo grandes prejuízos para a agricultura e aos agricultores paranaenses.

O alto custo do plantio da safra de 2004/2005 e a forte queda de preços nas exportações no período da comercialização daquela safra, com o dólar valorizado em 2004, os agricultores pagaram caro pelos insumos importados como os fertilizantes. Na hora de exportar - no ano passado - a baixa do dólar trouxe enorme prejuízo aos produtores que receberam menos do que pagaram pela produção.

Requer, também, seja solicitado ao Sr. Secretário o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e, ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo medidas urgentes para atender os agricultores paranaenses que estão em dificuldades para pagar as prestações vencidas dos financiamentos assumidos para o plantio da safra de 2005.

Para tanto, anexamos cópia do documento enviado ao Sr. Ministro, conforme sugestão da Ocepar e Faep.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Guaporé, através do Ofício nº 15/06.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de

Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, encaminhando solicitação da Associação de Moradores do Conjunto Antônio José Vieira.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, solicitando informações sobre a redução de valores pagos pelo Ministérios aos fornecedores de tecnologia para implante coclear “Ouvido Biônico”, que repara deficiência auditiva bilateral profunda.

Tal solicitação justifica-se pelos grandes prejuízos causados às pessoas portadoras de tal deficiência que se encontram em lista de espera para o implante, sem perspectivas de serem atendidas.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Luiz Hiroshi Fukumoto, morador de Apucarana, de 75 anos de idade, aposentado que há mais de quarenta anos cuida com carinho e dedicação da fonte de água que dá origem à nascente do rio Pirapó, principal fonte de água potável de Maringá e importantes cidades da região.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

No dia em que se comemora o Dia Mundial da Água, criado pela Organização das Nações Unidas, em 1993, é de fundamental importância prestar homenagens a este cidadão apucaranaense, e que tenha desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o reconhecimento pela sua importante contribuição à vida e à preservação ambiental, zelando com dedicação e carinho da preciosa fonte de água que abastece várias populações da região, transformando a sua residência, de sua família, em um “Santuário Ecológico”, um verdadeiro monumento das águas que é nascente do rio Pirapó.

O jornal Folha de Londrina, que traz em sua educação de hoje ampla matéria sobre esse extraordinário homem e sua família, também merece desta Casa um voto de louvor como homenagem aos que se dedicam, de alguma forma, à defesa da preservação do meio ambiente. Divulgar fatos tão relevantes como este, que passam despercebidos muitas vezes da própria comunidade, é um gesto de contribuição para a conscientização coletiva.

Que esta Casa encaminhe ao Sr. Fukumoto e família, nossas homenagens pelo gesto de grandeza em defesa da vida, neste dia 22 de março de 2006. “Dia Mundial da Água”, bem como à repórter Fernanda Borges e ao jornal Folha de Londrina pela publicação de importante matéria.

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Bernardo, do Ministério de Planejamento e Orçamento, no sentido de agilizar processo encaminhado pelo Ministro da Defesa, sob protocolo nº 03000005735/2005-31, de 04.12.2005, que versa sobre o retorno do benefício de Auxílio Invalidez para Militares, suspenso desde agosto de 2005, prejudicando uma ampla camada de ex-militares que tantos serviços prestaram às Forças Armadas e à Nação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, recebeu solicitação de militares aposentados do Estado do Paraná, das três Forças - Aeronáutica, Exército e Marinha - e das Polícias Militares sobre a suspensão do pagamento deste benefício, desde o mês de agosto do ano de 2005, o que traz grande prejuízo à categoria.

São homens e mulheres que prestaram relevantes serviços às Forças Armadas e às Polícias Militares Estaduais em todo o país e que somam milhares de ex-integrantes aposentados cujas famílias contavam com esse benefício em seus orçamentos e tiveram o referido suspenso. O pedido encaminhado pelo Ministério da Defesa já se encontra no Ministério do Planejamento e aguarda despacho de S. Exa. o Ministro.

Esta Casa solidariza-se com os militares e solicita ao Ministro Paulo Bernardo que faça justiça a esta categoria e autorize o retorno deste benefício.

REQUERIMENTO Nº 568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando análise do caso do Sr. Ailson de Oliveira Silva, que pleiteia inclusão no processo de seleção para a carreira dentro da Secretaria de Estado de Segurança Pública ao cargo de Agente de Polícia.

Vale ressaltar que o mesmo foi prejudicado à época do concurso por responder a processo, do qual foi absolvido.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando providências em relação ao caso do policial militar Jorge Setsuo Kobayashi, conforme informativo emitido pelo Movimento das Esposas dos Policiais Militares de Londrina e Região.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, encaminhando solicitação da Cooperativa de Serviços Brasil de Ibiporã

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja solicitado ao Ilmo. Sr. Luiz Cláudio Romanelli, MD Presidente da Cohapar, as seguintes informações:

1. Qual é a situação fundiária atual da área, situada na Avenida Victor Ferreira do Amaral, 3360, Capão da Imbuia, sob indicação fiscal nº 18.054.027.008-8, cujo proprietário é a antiga Faspar, hoje IASP?

2. Já há solicitação da Cohapar para o procedimento de regularização dessa área junto à Cohab-Curitiba?

Cabe lembrar que sobre tal área estão construídos o Condomínio Residencial Bom Pastor, várias outras residências e comércios, totalizando cerca de 20 mil metros quadrados?

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, solicitando a securitização e re-securitização da dívida bancária dos agricultores, através de uma medida provisória ou de outro expediente, a fim de socorrer essa categoria que vem passando por enormes dificuldades.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho; ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva e à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, encaminhando documento que relata com detalhes sobre a gravidade da crise que assola o campo e das possíveis consequências, não só para o agronegócio como um todo, mas também para a economia de centenas de municípios do Estado do Paraná, que têm sua base na agricultura.

Solicito, também, das Exmas. autoridades da República, uma atenção especial para este estudo e que o mesmo sirva de parâmetro para que medidas urgentes venham ser tomadas, a curto e longo prazo, para solucionar de uma vez por todas esta situação de penúria e que nossos produtores tenham tranquilidade para fazer o que mais sabem: produzir com qualidade.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações acerca do conteúdo relacionado abaixo ao Secretário de Estado da Saúde - Cláudio Murilo Xavier. Favor enviar cópia ao Dr. Carlos Manuel Vasconcelos dos Santos e à Sra. Vanessa Pissetti.

Em função da determinação da Lei Orçamentária nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 e das restrições impostas às despesas de publicidade nos artigos 4 e 5, solicitamos as seguintes informações:

1. qual o número da dotação orçamentária? (favor anexar o QDD).

2. Qual a agência licitada e o prazo de vigência do contrato? (favor anexar contrato)

3. Qual o valor restante para ser utilizado neste contrato?

4. Qual o plano de desembolso para campanhas publicitárias a serem realizadas no ano de 2006? Especificar qual campanha e qual valor será utilizado.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário da Educação, Mau-

rício Requião de Mello e Silva, sobre obras e reformas nos colégios estaduais do Paraná, constando as seguintes informações:

- quais os colégios estaduais que estão com obras de reformas paralisadas e em quais municípios estão localizados;

- quais as licitações de reforma, construção e ampliação de colégios foram vencidas pela Construtora Alpha San - Construção e Saneamento Ltda. e qual a localização das obras.

Tal requerimento justifica-se em função da constante busca de auxílio ao nosso gabinete por alunos, professores e diretores de escolas públicas do Estado, preocupados com as condições precárias das mesmas e também pela necessidade de esclarecimento à população sobre a real situação em que se encontram as escolas vinculadas ao Governo do Estado do Paraná.

Cumprindo, portanto, uma das funções do mandato parlamentar, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo, peço a meus Pares, apoio a mais essa proposta.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, informações sobre o andamento das obras na quadra esportiva do Colégio Estadual Teothonio Brandão Vilela, no município de Iporã/PR, sito à Rua Alcides Pellison, 85 - Conjunto Miguel Ântico - CEP 86.200-000.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada obra, requer providências urgentes, em razão do estado em que se encontra a quadra esportiva.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Theotônio Brandão Vilela, do município de Iporã/PR, sito à Rua Alcides Pellison, 85 - Conjunto Miguel Ântico - CEP 86200-000, protocolou no dia 23/09/04, protocolado 8251979, uma solicitação para fazer a cobertura do colégio.

No dia 24/11/05 o processo foi arquivado, tendo em vista que a solicitação fora registrada na relação de obras necessárias, só que até a data de hoje não houve informação alguma sobre o andamento da obra.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 130/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Caprinos de Nova Tebas, com sede e foro no município de Nova Tebas, comarca de Manoel Ribas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores de Nova Tebas tem por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico-social e combate à pobreza; defesa, prevenção e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e créditos agrícolas; fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores de caprinos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da pequena propriedade; promover o permanente e rigoroso controle da qualidade e do valor genérico dos produtos de seus associados, os quais atendam às exigências das normas técnicas de certificação da criação, inclusive, através de análises que garantam a inexistência de resíduos de agrotóxicos e outros contaminantes, conduzidas em laboratórios oficiais e de idoneidade reconhecida; apoiar e promover a aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, transporte de produtos, bem como envidar esforços para a obtenção de crédito e de quaisquer outros recursos ou serviços que beneficiarem seus associados; promover estudos e pesquisas sobre métodos alternativos de produção agropecuária e de comercialização de produtos orgânicos; realizar encontros, seminários, cursos e outras atividades educacionais, com o objetivo de dar a máxima divulgação aos assuntos ligados à caprinocultura, orgânica e visando à educação ambiental e do consumidor; integrar a agricultura orgânica com os demais setores: Saúde, Educação, entre outros.

A Associação também tem como objetivo promover intercâmbio com outras Associações de Caprinos, apoiando uma rede regional de produtores; efetuar a representação dos associados junto aos conselhos municipais e estaduais, bem como em entidades governamentais e privadas.

A Associação desenvolve importante trabalho de geração de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida, merecendo o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 131/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Rodovia Dr. Ernesto Dall'Oglio, o trecho da Rodovia Estadual PRT-163, que liga os municípios de Toledo a Quatro Pontes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Cidadão Honorário do Paraná, primeiro Prefeito e primeiro Médico do município de Toledo.

Um pioneiro, falecido em 24 de março de 2006. Um homem probo, firme, decidido, brava gente, honrado, respeitado, fazendo parte de todos os fatos mais notáveis ocorridos na história de desenvolvimento do município de Toledo, da região Oeste e igualmente reconhecido a nível de Estado do Paraná.

Primeiro médico de Toledo, iniciando sua atividade em janeiro de 1950 e logo, pela sua dedicação e profissional capacitado e responsável, alcançou respeito e fama na Região Oeste. Perfeitamente integrado à então pequena comunidade e definitivamente decidido em permanecer residindo, Ernesto Dall'Oglio, com sua experiência, sabedoria e espírito comunitário, destacou-se como grande líder político, desde a luta pela emancipação do município.

Eleito o primeiro Prefeito de Toledo, assumindo o cargo em data de 14 de dezembro de 1952 com mandato até 14.02.56. Vereador por duas legislaturas, 1957 a 1962, quando em 25 de outubro de 1962 assumiu novamente como Prefeito, em substituição a Wily Brath que faleceu em acidente. Deputado Estadual de 1975 a 1979 e Deputado Federal de 1979 a 1983.

Para testemunhar isso, a população do Paraná através da manifestação da Assembléia Legislativa do Estado, quer prestar uma justa e merecida homenagem a tão querida figura publica, que foi o Dr. Ernesto Dall'Óglio.

PROJETO DE LEI Nº 132/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Amatur - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, com sede e foro na capital do Estado do Paraná

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Amatur - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 02.675.190/0001-72. desenvolve, participa e apóia eventos e ações que visam promover o potencial turístico dos municípios do Paraná associados, integrando os órgãos colegiados da Administração Pública Estadual, promovendo congressos ou encontros visando o intercâmbio dos administradores municipais e as reivindicações às entidades públicas estaduais.

É uma instituição com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal reivindicar verbas junto aos governos Federal e Estadual, para serem aplicados em projetos turísticos dos municípios filiados.

A documentação que anexamos à presente proposição comprova o preenchimento dos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e consequente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 133/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Ecopólis - Oranização não Governamental, com sede e foro no município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Ecopólis é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 14 de maio de 2003.

Foi fundada com a finalidade de suprir a falta de estrutura pública, servindo como apoio técnico em parcerias e convênios. Possui uma equipe multidisciplinar formada por professores da Universidade Estadual de Londrina; pessoas com experiência em órgãos públicos nas disciplinas de engenharia voltada à área ambiental e de geoprocessamento; arquitetos/urbanistas no planejamento estratégico e planos diretores; advogados e geólogos, e demais profissionais que sejam necessários para dar suporte à organização.

Desenvolve projetos para mobilizar recursos na área de planejamento urbano e meio ambiente para órgãos públicos, comunidades e órgãos privados, tendo como objetivos principais o desenvolvimento econômico social e proteção do meio ambiente, visando sempre o

desenvolvimento sustentável com a participação comunitária. Trabalha com interface entre o poder público e a comunidade, capacitando e mobilizando os técnicos da Prefeitura e membros da comunidade quanto à importância do planejamento municipal.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequentemente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização a favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 134/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os supermercados, hipermercados e estabelecimentos congêneres instalados no Estado ficam obrigados a prestar, em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera estabelecido nesta lei.

Art. 2º O tempo máximo de espera dos usuários nas filas para atendimento em todos os caixas de supermercados, hipermercados e estabelecimentos congêneres será de até 20 (vinte) minutos, inclusive nos caixas que atendem até 15 (quinze) itens, ou seja, os caixas rápidos.

Parágrafo Único. Para efeito do controle de tempo de espera até o atendimento dos caixas, os estabelecimentos fornecerão bilhetes ou senhas onde constarão, impressos os horários de início da espera até o atendimento nos caixas.

Art. 3º Aos infratores desta lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de 300 (trezentos) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência);

II - multa de 600 (seiscentos) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência) na reincidência;

III - multa de 1.200 (mil e duzentos) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência) na segunda reincidência;

Art. 4º Considera-se reincidência para fins da presente lei a constatação de nova infração no prazo de 01 (um) mês, contado da lavratura do auto de infração.

Art. 5º O cliente vítima de atraso será indenizado com 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no artigo 3º, inciso I.

Art. 6º Os supermercados, hipermercados e estabelecimentos congêneres, inclusos nesta lei deverão tomar as medidas necessárias a esta implantação no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), a contar da publicação da presente lei.

Art. 7º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas à Coordenadoria de

Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e/ou órgão fiscalizador estadual que aplicará as multas previstas.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Em cidades com uma população bastante numerosa como Curitiba, os estabelecimentos comerciais tais como supermercados, hipermercados e congêneres devem ter por princípio o respeito ao direito do consumidor quanto ao tempo gasto pelo mesmo nesses estabelecimentos, uma vez que se verifica com frequência um número insuficiente de caixas registradoras, ou falta de planejamento ou treinamento de pessoal capaz de dirimir o tempo do consumidor nas filas.

Verifica-se tal demora até nos caixas rápidos, destinados exclusivamente a registrar no máximo quinze volumes, como também no de idosos, gestantes e portadores de deficiência física.

Torna-se absolutamente que esta medida seja implantada, em respeito ao consumidor paranaense. Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei, na certeza de sua apreciação junto a meus Pares, nesta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 135/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito no âmbito do Estado, obrigados a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja feito em prazo hábil, respeitada a dignidade e o tempo do usuário.

Art. 2º Para os defeitos desta lei, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de até:

I - 15 (quinze) minutos em dias normais;

II- 25 (vinte e cinco) minutos às vésperas e após os feriados prolongados;

III - 30 (trinta) minutos nos dias de pagamento dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.

Art. 3º As agências instituições financeiras têm o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da aprovação da presente lei, para a implantação de senhas com informação do horário de chegada do cliente e o tempo efetivo para o atendimento.

Parágrafo Único. No caso de o cliente não ser atendido dentro do tempo-limite pela presente lei, o estabelecimento fica obrigado a devolver para o cliente a senha com carimbo do horário que o mesmo foi atendido.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas nesta lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de 800 (oitocentas) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência) vigentes, dobrando em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O cliente vítima de atraso será indenizado com 20% (vinte por cento) do valor previsto no artigo 4º.

Art. 5º As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão comunicadas à Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e/ou órgão fiscalizador estadual que aplicará as multas previstas.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

É muito comum e freqüente nas agências bancárias de nosso Estado, filas enormes inclusive de idosos, deficientes e gestantes, o que ocasiona sem dúvida, um grande transtorno e desconforto aos consumidores de tais agências. Vale considerar que este serviço é essencial na vida de todos os consumidores, independente de idade, daí a importância de se reverter tal situação.

Não raro, em dias mais movimentados, o tempo médio do consumidor em espera passa de uma hora.

Trata-se, portanto de um tempo abusivo de espera, tornando necessário que medidas com esta sejam rapidamente implantadas.

Diante do exposto apresento a presente proposição, na certeza de assegurar ao consumidor do Estado maior eficácia junto aos serviços oferecidos pelas instituições bancárias.

PROJETO DE LEI Nº 136/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial do Estado, a Semana de Incentivo à Doação de Sangue.

§ 1º O programa das atividades da Semana de Incentivo à Doação de Sangue, será estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde, visando o aperfeiçoamento das atividades voltadas ao incentivo à doação de sangue, bem como informar à população dos benefícios, utilizando-se de seminários, palestras, filmes, vídeos e material publicitário institucional, através das entidades governamentais de qualquer natureza.

§ 2º O Governo do Estado promoverá campanha de esclarecimento sobre a importância da realização de doação de sangue, bem como a colocação de postos volantes para recebimento das doações.

Art. 2º No Calendário Oficial do Estado fica destinada a segunda semana de abril para a Semana de Incentivo à Doação de Sangue de que trata o presente projeto.

Art. 3º As despesas da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O maior problema que os hospitais enfrentam atualmente é a falta de sangue em seus bancos. Este tipo de problema também é crítico em nosso Estado a ponto de cirurgias terem sido suspensas, tratamentos paralisados e, nos casos de transfusões, situação ainda mais calamitosa.

A cada dia que passa, maior é o número de pacientes que sofrem por falta total de sangue nos bancos de sangue dos hospitais.

Assim, proponho a esta Casa e a meus Pares, este projeto de cunho social e de resgate humano, o qual tenho certeza que será alvo de grande ajuda à tão sofrida população de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 137/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o ingresso de pastores evangélicos e demais oficiantes de outros credos, em instituições prisionais, civis ou militares, seja ela destinada à prisão decorrente de condenação transitada em julgado, seja para encarceramento provisório de adultos ou adolescentes.

Art. 2º Para o ingresso previsto nesta lei, a igreja à qual pertence o oficiante deverá atestar sua condição de ministro religioso.

Parágrafo Único. De posse do atestado deverá o interessado requerer seu cadastramento junto à Secretaria de Administração Penitenciária, que expedirá a competente identificação.

Art. 3º A identificação expedida pela Secretaria de Administração Penitenciária habilitará o oficiante a ingressar em todos os estabelecimentos descritos no artigo 1º.

Art. 4º É vedado o indeferimento da autorização prevista nesta lei, em razão de ser o oficiante egresso do sistema penitenciário, desde que cumprida a pena, ou seja, beneficiário de livramento condicional ou outros favores legais.

Art. 5º O Poder Executivo editará normas complementares necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Não há permissão no que se refere às instituições prisionais. É certo que tanto quanto no hospital, em que os dias de agonia, dor e sofrimento nos tornam carentes de apoio, o mesmo se dá quando por um erro o ser humano se vê privado da liberdade. Considerando o caráter ressocializador da pena, um apoio espiritual seria de grande valia para colaborar com a recuperação do apenado.

Há de se considerar, ainda que sempre haja denúncias de revogação de permissões em razão de ser o ministro da palavra de Deus ex-detento. Ora, se a pena foi cumprida, não há como lhe impor nova sanção e segregação. Seria admitir que o preconceito à condição de ex-presidiário iniciar-se-ia no próprio Estado que tem obrigação de combatê-la.

Além do mais, quem melhor para falar aos presos sobre a necessidade de deixar o crime do que um ex-criminoso, essa fala com propriedade e conhecimento de causa. É assim nos drogaditos e alcoólicos. Assim, não havendo norma que discipline a matéria, senão aquela que diz respeito aos hospitais, é que proponho este projeto.

PROJETO DE LEI Nº 138/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos sonoros em atos de protesto, greves, passeatas, campanhas políticas, ou manifestações públicas nas portas dos hospitais e escolas situados no Estado.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, consideram-se aparelho sonoro, equipamentos tais como: carro de som, megafones, trio elétrico, enfim, todo e qualquer tipo de equipamento que produza som estridente, inclusive apito, e que concorra para alterar a rotina dos hospitais e escolas, bem como, tirar a paz e o sossego dos pacientes internados e alunos, ou ainda, que atrapalhe a rotina de trabalho do corpo de funcionários das unidades hospitalares e dos professores.

Art. 2º O descumprimento desta lei acarretará em multa de 10.000 (dez mil) UFIR's (Unidade Fiscal de Referência).

Art. 3º A presente lei será regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo disciplinar as manifestações políticas organizadas por órgãos de classe dos trabalhadores, ou não, nas portas das unidades hospitalares e escolas no âmbito do Estado.

Não bastasse os problemas enfrentados pelos hospitais, notadamente os da rede pública, os pacientes ainda são obrigados a suportar a agressão dos decibéis produzidos pelos carros de som, que, comprovadamente, aniquilam o sossego dos pacientes e funcionários dos hospitais. O mesmo podemos dizer com referência aos alunos e professores que sofrem com os carros de som e com algumas manifestações que tiram a atenção das aulas.

Não é preciso estar internado em uma dessas unidades para avaliar o grau de perturbação provocado por essas manifestações, que mesmo que legitimadas pelo direito de manifestação dos trabalhadores, não podem se firmar pela violação, pela arrogância e pelo desrespeito ao direito ao silêncio, sobretudo para aqueles que se encontram internados em um hospital.

Por isso, acredito que é preciso que essas manifestações sejam disciplinadas, e que deixem de agredir funcionários e professores, assim como, os pacientes internados nas unidades hospitalares e alunos no período de aulas.

Destaco ainda, que a multa prevista no artigo 2º deste projeto de lei encontra respaldo no parágrafo 2º do artigo 9º da Constituição Federal, nos casos de abusos cometidos na utilização do direito de greve. Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 9º, é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Sendo assim, peço o apoio dos meus Pares para que este projeto seja aprovado, garantindo, assim, o direito inalienável e sagrado ao sossego e a tranquilidade dos pacientes e do corpo de funcionários dos hospitais, assim como dos alunos e professores do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 139/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criadas campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo em todo o Estado.

Art. 2º Deverá ser criado um núcleo onde serão centralizadas todas as informações sobre o paciente, visando um controle permanente a fim de evitar a interrupção do tratamento.

Art. 3º É obrigatório o repasse das informações sobre o paciente ao núcleo de que trata o artigo 2º pelo médico que diagnosticar a doença.

Art. 4º Poderão ser firmados convênios com órgãos municipais e federais, bem como entidades privadas, visando o melhor cumprimento da presente lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Um minucioso estudo coordenado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sobre o hipotireoidismo no Brasil, revelou um cenário preocupante: nada menos do que 12% das mulheres brasileiras sofrem da doença. Esse índice é superior ao registrado nos Estados Unidos, Holanda, Espanha e Noruega.

Uma das conseqüências mais graves do hipotireoidismo é o aumento de doenças cardiovasculares, como infartos e derrames. Outro dado preocupante da pesquisa é que o hipotireoidismo está relacionado diretamente ao uso de fórmulas para emagrecer. Das mulheres brasileiras acometidas pela doença, 34% já haviam consumido coquetéis para a perda de peso. O consumo de tais fórmulas no país é de trinta milhões de cápsulas por ano (um dos maiores do mundo). Esses medicamentos combinam redutores de apetite, diuréticos, laxantes, tranqüilizantes e, sobretudo, substâncias semelhantes a hormônios de tireóide.

Não bastasse tudo isso, o câncer de tireóide vem crescendo assustadoramente entre as mulheres brasileiras. Apenas na cidade de São Paulo, segundo levantamento do Hospital do Câncer A. C. Camargo, o número de mulheres com câncer de tireóide triplicou em vinte anos.

Um dos principais entraves para o tratamento adequado do hipotireoidismo é a dificuldade de seu diagnóstico. Segundo a pesquisa da UERJ, os sintomas mais comuns da doença são pouco específicos e se confundem com outros problemas de saúde.

Por isso, é necessário a criação de campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo em todo o Estado.

PROJETO DE LEI Nº 140/06 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maanain de Assistência - AMA, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.03.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maanain de Assistência - AMA, é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade precípua a promoção de ensinamentos intelectuais, morais, cívicos, religiosos, propiciar atendimento médico-odontológico, religioso, educacional e assistência social para as pessoas necessitadas, desenvolver atividades culturais, religiosas e filantrópicas a todas as pessoas interessadas.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Maanain de Assistência - AMA, do município de Ponta Grossa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fiz questão de entregar pessoalmente a cada um dos 54 Srs. Deputados, às mesas de assento nesta Casa, dois panfletos que recebemos de produtores rurais da região de Sertanópolis, que esta manhã fecharam a PR-455, rodovia Celso Garcia Cid, para protestar contra a situação gravíssima pela qual hoje, infelizmente, passa nossa agricultura. Às 8 horas da manhã estive lá, também. Uma longa fila de carros se formou entre os municípios de Sertanópolis até Sertaneja, passando por Primeiro de Maio.

Ali vi as mãos calejadas, o rosto marcado pelo tempo e os olhos marejados de alguns agricultores. O Sr. Antônio Pissinatti, de 67 anos, da localidade de Cedilhas, por exemplo, foi às lágrimas. Ele, que até hoje madruga é o último a deitar, em sua casa, trabalhando de sol a sol. Está como a maioria dos agricultores brasileiros, desolado pela falta de uma perspectiva de melhoria.

Vi ali, por exemplo, o Sr. Mário Zanetta, de 78 anos de idade, interrompido ao falar porque a emoção tomou conta da razão. E nós estamos trazendo ao conhecimento desta Casa, na tarde de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a situação é de calamidade pública. Recebo, por exemplo, um ofício da Câmara Municipal de Rolândia, dando conta da situação terrível na qual se encontra a agricultura daquele município. A frustração da safra por causa da seca, a queda violenta dos preços dos produtos agrícolas, o aumentos dos custos de produção, que foram pagos em dólar e agora com a baixa do dólar para exportação, a queda da soja, do milho, e tantos outros problemas.

Quando uma categoria como a dos agricultores, que não têm o espírito de protesto, mas, sim, sempre estiveram acordando antes que todos nós e indo dormir mais tarde para produzir, para trazer o alimento à cidade, vai às ruas, fecha uma rodovia, não é um movimento político, eleitoral. É uma questão de sobrevivência. Não é só sobrevivência da agricultura, mas sobrevivência de um país, de um Estado como é o nosso, que é um celeiro de grãos. Isto, na região considerada como as terras mais férteis do mundo, que é Sertãoópolis, uma terra rica, que infelizmente está com a agricultura em estado de pré-falência. Nós precisamos fazer alguma coisa.

Entreguei em mãos às Sras. e Srs. Deputados estes panfletos, que são reivindicações que buscam a securitização ou a re-securitização das dívidas dos agricultores vencidas e a vencer, mediante uma aprovação de uma lei, ou uma medida provisória por parte do Governo do Estado, com prazo, com dois anos de carência e vinte e cinco anos até para ser quitada. Se algo não for feito urgentemente, como a política de garantia do preço mínimo, se o crédito rural não for restabelecido em condições de pagar-se, vamos chegar a um ponto insustentável. É a colocação que estamos trazendo nesta tarde, Sra. Presidente Cida Borghetti, para que a população do Paraná, para que homens da cidade saibam desse conflito que o homem do campo hoje, atravessa.

Quero apenas finalizar e dizer que a crise que o agronegócio está passando é uma crise de todos nós. O apelo que estamos fazendo nesta tarde ao Presidente Lula, ao Governador Roberto Requião, ao Vice-Governador, que é Secretário da Agricultura e do Abastecimento, buscando a solidariedade em relação a este drama vivido no campo. E a promessa ainda é mais grave, eles prometem fechar definitivamente essa rodovia, a BR-445, e vão às ruas; cansaram de ser vítimas e agora querem ser atores, agindo especificamente para que possam fazer alguma coisa e evitar essa calamidade.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Cida Borghetti, Sras e Srs. Deputados, caros paranaenses que nos dão o privilégio de assistir à Sessão de hoje.

Deputada Cida, muitas vezes desta tribuna, disse que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: é o tempo, o tempo se encarrega de confirmar a veracidade, ou de desmentir.

Vamos lembrar o que eu disse dia 10 de setembro de 2003, e para que ninguém duvide daquilo que falamos, um trecho do que eu disse naquela ocasião. “Precisamos unir nossas vozes para que o Estado do Paraná não aceite o presídio federal, para que o Paraná não aceite a construção desse presídio, pois amanhã ou depois teremos que abrigar os criminosos de alta periculosidade do Brasil, como Fernandinho Beira-Mar”.

Pois muito bem, o Governo do Estado, e algumas pessoas entenderam que o Paraná deveria construir um presídio de segurança máxima. E o que é que diversos jornais do Paraná têm noticiado no final de semana? “Beira-Mar muda-se pela oitava vez de prisão e poderá vir para o Paraná”. “Beira-Mar iria explodir hotéis e pode vir para o Paraná”. “Transferência de Beira-Mar preocupa ainda mais os policiais do Estado do Paraná”. “Beira mar deve inaugurar a penitenciária do Paraná”. Fernandinho Beira-Mar pode vir para Catanduvas”.

Pois bem meus caros paranaenses, o Governo do Estado do Paraná, Deputado Pedro Ivo, aceitou a construção do presídio de segurança máxima. Nós, aqui da tribuna, a imprensa do Paraná, e aqui do Oeste do Paraná em especial, quando o Governo Federal queria construir o presídio de segurança máxima na cidade de Cascavel, revoltaram-se e falaram que não poderia ser aceita a construção dessa penitenciária, porque na verdade ela seria administrada não pelo Governo do Estadual, Deputado Nelson Garcia, mas, sim, pelo Governo Federal, e ele iria determinar quem iria ficar preso naquela penitenciária. O Oeste se uniu, mas de repente alguém encontrou uma saída: ela que ela poderia ser construída no município de Catanduvas, encostada em Cascavel. E o presídio está, praticamente, pronto. Deve inaugurar no mês de junho.

Sabe quem poderá cortar a fita inaugural? Nada mais, nada menos que Fernandinho Beira-Mar. O criminoso, o bandido, que ninguém quer. Será que nós do Paraná temos que aceitar isso agora?

Nós, que somos do Oeste, não podemos aceitar isso. Se o Governo do Estado não se manifestar contra isso, será necessário a mobilização de todo o Oeste do Paraná. Impedir que esse bandido venha para cá. Ainda mais no Oeste do Estado, uma região rica, que produz, um povo ordeiro.

Naquela época, em 2003, quando falávamos, aqui dessa tribuna, fomos questionados. E os defensores diziam que somente iriam naquela penitenciária, os pre-

sos do Paraná. O Beira-Mar é preso do Paraná? Ninguém quer ele. Nem São Paulo, nem Rio de Janeiro, nem Maceió, nem Brasília e nem o Norte do Brasil e nós temos que aceitar isso? Trazer a intranquilidade para o Oeste do Paraná e para o Paraná?

Concluo, com toda certeza, amanhã ou depois voltarei a esta tribuna com outros dados, a fim de mobilizar o Paraná inteiro contra essa atitude.

Vejam a intranquilidade que vivemos na segurança hoje no Paraná e no Brasil. E agora será que teremos que conviver com o Fernandinho Beira-Mar no Paraná, no Oeste do Estado? Muitas vezes somos tachados de Oposição raivosa, radical. Nós, sim, fazemos oposição fiscalizadora, mas com responsabilidade. E aquilo que falamos há três anos atrás e fui aparteado por muitos Deputados, confirmar-se neste momento, na véspera da inauguração do presídio máximo.

Digo ao Governador Roberto Requião: não permita que Fernandinho Beira-Mar venha fazer o corte da fita inaugural do presídio máximo do nosso Estado.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de saudar nossos visitantes que hoje vêm aqui fazer desta casa um espaço para que possamos repercutir o drama que vive a agricultura familiar no Brasil de forma geral. Isso será abordado com muito mais propriedade pelo nosso Vice-Presidente, Deputado Pedro Ivo, que é ligado nessa área e saberá fazer toda a exposição, para que possamos entender quais são os problemas que existem hoje.

O que me traz à tribuna, na verdade, primeiro uma saudação à Facep - Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná - que tem como Presidente o Sr. Jefferson Nogarolli. Hoje, votaremos o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, e já de antemão manifesto o meu total apoio, não apenas pelo que ele representa, mas pela sua corajosa manifestação nos jornais, neste final de semana, quando orienta o empresariado na luta contra o empreguismo. Orienta todas as associações comerciais do Paraná todo, a colocar, Deputado Rafael Greca, a partir de amanhã, faixas em frente às sedes das associações comerciais, como um processo de debate a respeito do nepotismo em nosso Estado.

Espero que essas faixas possam contemplar o nome de todos os Deputados, porque teremos, amanhã, uma votação e espero que essa votação seja unânime, que todos os Deputados votem a favor do projeto à Emenda Constitucional nº 40.

Não poderia deixar de fazer uma menção ao Sr. Jefferson Nogarolli, porque assim como a OAB; como alguns dos nossos defensores públicos; como o Ministério Público; assim como a Associação Comercial de Curitiba, na pessoa do Sr. Clóvis Slavieiro; assim como tantas pessoas têm se manifestado; a Federação das Associações Comerciais tomou, no meu entendimento, uma atitude muito positiva porque é preciso que tenhamos clareza de como será esse voto.

Ao mesmo tempo em que faço esse reconhecimento público, também quero, rapidamente, Deputada Cida Borghetti, porque tenho só dois, três minutos, dizer que vejo com bons olhos a medida tomada pelo Palácio Iguaçu. Vejo, Deputado Dobrandino, V. Exa. que é Líder do Governo, com bons olhos a remessa a esta Casa de um projeto de Emenda Constitucional que será publicado, provavelmente, nos próximos dias e que receberá de uma comissão constituída, o parecer, e se for mais abrangente do que votarmos amanhã poderá ter os seus efeitos incorporados à Constituição Estadual.

Vejo com bons olhos porque entendo que toda medida que tomarmos para limitarmos e eliminarmos essa prática da vida cotidiana no Estado do Paraná, será bem-vindo. Vejo com bons olhos porque entendo, também, Deputado Dobrandino, que se havia alguma dúvida com relação ao PMDB (e falo isso com o senhor porque ouvi essas dúvidas), definitivamente, no meu entendimento e no entendimento das pessoas com quem tenho conversado, elas não podem existir mais.

Não há por que fazermos comparativos e concorrências. Estamos caminhando na mesma direção. Por isso, amanhã, certamente, estaremos votando até quarenta, (precisamos ter trinta e três votos em Plenário). Sabemos que esse é um debate que vem sendo feito, há mais de um ano; sabemos que tivemos muitas vezes dúvidas quanto ao tempo, Deputado Pedro Ivo, em que essa PEC entraria em vigor, mas sabemos que esse é um processo construído para que ninguém, nenhum Prefeito, nenhum Vereador, nenhum Secretário, nenhum órgão público, nem o Executivo, nem o Judiciário, nem o Legislativo, Tribunal de Contas ou Ministério Público, nem as fundações possam vir a alegar que a Assembléia Legislativa, de uma forma tempestiva, tirou profissionais dessas áreas.

Entendo que houve maturidade nesse processo porque ele vem ao encontro daquilo que a sociedade paranaense, hoje, tanto aspira. Obviamente, não poderia ter outra atitude que não fosse essa de dizer que concordo com a atitude. Acho importante que ela venha, acho que será apreciada a seu tempo e se tiver mais abrangência em alguns pontos, eu examinei as duas PEC's não vejo exatamente assim, mas se for esse o entendimento dos Srs. Deputados, certamente, será, a seu tempo, incorporado também àquilo que a Assembléia aprovará no dia de amanhã, assim nós esperamos, porque sabemos que esse é o desejo da nossa população e, certamente, esse é o

desejo de todos os nossos visitantes que estão aqui, se puderem estar aqui amanhã, serão bem-vindos.

Todos os Deputados estarão votando uma medida que fará com que o Paraná entre em um outro tempo.

Obrigado, Sra. Deputada; Srs. Deputados!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. José Domingos Scarpellini, por cinco minutos.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A crise na agricultura realmente chega a ser assustadora. Temos aqui uma posição do dia 01 de fevereiro de 2006, com relação a alguns produtos e os respectivos preços no 1º semestre do ano de 2004.

No 1º semestre de 2004, a saca de soja valia R\$ 45,00; no dia 01 de fevereiro de 2006, o valor R\$ 26,74; o milho, no 1º semestre de 2004, tinha o valor de R\$ 18,00; 01 de fevereiro de 2006, R\$ 12,00; o trigo, em 2004, era R\$ 22,20; agora em fevereiro de 2006 é de R\$ 19,90; a mandioca era R\$ 160,00 a tonelada; agora é R\$ 85,00; o leite era R\$ 0,44, agora é R\$ 0,39; a carne bovina era R\$ 69,57, agora R\$ 46,00; a carne suína R\$ 2,50 o quilo, agora R\$ 1,55; o frango, R\$ 1,44, agora R\$ 1,24.

No entanto, Sra. Presidente, Srs. Deputados, os juros do Banco sempre estão aumentando. E a nossa agricultura pagando mais caro pelos juros praticados quer pela rede oficial, quer pelos Bancos particulares.

Vemos que os agricultores do Brasil são fadados a produzir, fazer a grande exportação e em seguida abrir falência. Esse é o destino dos agricultores e quer o agricultor da agricultura familiar que aqui está presente, como do agronegócio. A agricultura está fadada a pagar para produzir.

Temos ainda o Imposto Sindical da Confederação Nacional da Agricultura que cobra dos agricultores proprietários de áreas com três módulos acima, o imposto sindical. O imposto que milhares de agricultores do Paraná estão inadimplentes, não podendo pagar e são vítimas das execuções praticadas pela Faep. Que no Estado todo está executando os agricultores e os produtores que muitas vezes não têm como pagar, dado ao valor exorbitante cobrado de imposto sindical em pequenas propriedades por este Brasil a fora.

Mas, Sra. Presidente e Srs. Deputados: vamos ao Porto de Paranaguá, ao Porto de São Francisco, a Itajaí, Santos e vamos ver a produção agrícola brasileira vindo das propriedades espalhadas lá pelo cerrado goiano, pelo cerrado do Mato Grosso, pelas terras roxas do Norte do Paraná ou pelas terras roxas de São Paulo e do cerrado mineiro.

Vemos nos Portos os produtos que os nossos agricultores produzem, fazer o equilíbrio da balança comercial.

Mas, vamos às favelas de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, e vamos ver que milhares de brasileiros que foram desalojados do campo estão a encher as favelas. Seus filhos a encher as cadeias, porque não tendo uma profissão definida e não tendo emprego e trabalho garantido, a nossa juventude vai buscar algumas aventuras e são punidos, enchendo as cadeias públicas e as penitenciárias do Brasil.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, o descaso que é feito com os agricultores - lembro-me quando era Deputado Estadual, neste Parlamento, em 1975, no primeiro mandato, vimos à geada do dia 17 de julho de 75, que queimou os cafezais do Norte do Paraná. Milhares de produtores, cafeicultores migraram para as cidades. Os governos achavam que aquele era o único instante. Dali para cá não se parou mais em todo o Brasil. E o Brasil virou nessa "geléia" que aqui está.

Muito obrigado. Sra. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaríamos de agradecer a presença, neste plenário, do Deputado Federal, Dilceu Sperafico.

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira, por cinco minutos.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me somar, aqui, nesta tribuna, aos discursos, primeiramente do Deputado Barbosa Neto, depois, dos Deputados Domingos Scarpellini e também de Tadeu Veneri, no que se refere aos elogios à atitude do Jeferson Nogaroli, em apoiar o trâmite e aprovação nesta Casa, da emenda constitucional, que vai proibir de uma vez por todas o nepotismo no Estado do Paraná.

Mas, se me somo ao Deputado Tadeu Veneri, na questão do elogio ao Jeferson, discordo quando ele aventava a possibilidade de colocarem nas Associações Comerciais do Estado do Paraná, o nome dos Deputados que votaram a favor da emenda constitucional. É desnecessária essa medida, porque os Deputados que aqui estão, votam de acordo com a vontade daqueles que eles representam. A vontade do povo do Paraná é de acabar com o nepotismo. Nenhum Deputado tem que ver o seu nome, por vaidade, escrita em qualquer faixa.

O nosso bloco presidido e comandado pela Deputada Cida Borghetti fechou a questão, e votaremos pela derrubada do nepotismo no Estado do Paraná, e é desnecessária a colocação do nosso nome em qualquer faixa do Estado, porque votamos de acordo com a nossa consciência e com a vontade do povo do Paraná. Também é desnecessária, porque o voto em uma emenda constitucional é voto aberto e oral - cada Deputado vai ter que se pronun-

ciar aqui dentro. Certamente a imprensa do Paraná vai se encarregar de dizer quem é contra.

Somar-me aos Deputados Barbosa Neto, Scarpeolini e acima de tudo aos nossos visitantes convidados, ao nobre Deputado e companheiro Pedro Ivo, assim como pude ouvir do coordenador Marco Rochinski, da Fetap - Paraná, muitas coisas estão sendo sugeridas e pedidas pela Agricultura Familiar do Estado do Paraná. Muitas coisas o Estado do Paraná e esta Assembléia têm que fazer, por aqueles que por muitos anos garantiram o sustento e a ocupação de milhares e milhares de paranaenses.

Estou solicitando, hoje, regime de urgência no Projeto 066/06, do Deputado Hermas Brandão, tendo em vista que, assim como o interesse do agronegócio do Paraná, interesse de milhares de pequenos agricultores, também está em risco em face de tributação que hoje o Estado pratica nas operações com carnes destinadas, principalmente ao Estado de São Paulo. Todos os estados concordaram que iam baixar para 7% o ICMS sobre a carne de boi, aves e suínos e a maioria assim o fez, inclusive São Paulo que é o destino de mais de 80% da carne produzida no Paraná.

Acontece que os produtores do Estado, para mandar a carne para lá, têm que pagar 12%, ganham 7 de crédito presumido, precisam pagar mais 5. Na prática, contando com o transporte, contando com mais 5%, infelizmente, milhares e milhares de pequenos agricultores e, acima de tudo, o agronegócio do setor da carne, está sendo inviabilizado no Estado do Paraná!

O reflexo disso pode surgir, inclusive peço regime de urgência na tarde de hoje, porque como relator desse projeto pedi informações ao Sindicato da Carne do Estado do Paraná e os números realmente assustam, o comércio de carne bovina, a produção do Estado do Paraná caiu 14% nos dois primeiros meses deste ano; a carne suína caiu quase 12%, 11,9% e as aves quase 13%.

Para concluir, Sr. Presidente, o número de pessoas que hoje são empregadas nos setores passam, direta ou indiretamente, de setecentas mil pessoas e aqui incluo alguns dos nossos visitantes que certamente têm um esquema de parceria. E deixando de lado até, muitas vezes, temos o critério que o agricultor ganha pouco, o parceiro, aquele que faz o fomento muitas vezes explora o pequeno agricultor mas, fatalmente, se não alojarem os pintainhos até o próximo mês, muitos terão mais dificuldades ainda.

Então, faço esse apelo, não só no sentido de aprovarem o meu requerimento de urgência em relação a este projeto do Deputado Hermas Brandão mas também de aprovarmos, com urgência, o projeto para que mais de setecentas mil paranaenses possam ter a garantia do seu trabalho, da sua ocupação e, acima de tudo, do seu rendimento, quer seja ele familiar ou com vínculo de emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, somente para registrar a presença, aqui na nossa galeria, do ex-Prefeito de Umuarama, Jorge Vieira, também o ex-Prefeito de Perobal, José Evangelista e o Prefeito atual, Toninho.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para citar e também agradecer à presença nesta Casa, do Deputado Federal pelo Partido Progressista, Dilceu Sperafico.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa agradece a presença de todos nesta tarde.

Com a palavra o Deputado Pedro Ivo, por 45 minutos, cinco minutos do Pequeno Expediente, trinta minutos do Grande Expediente e dez minutos pelo tempo do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. agricultores, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais da região Sul e Centro Sul, Fetraf, Frente Sul da Agricultura Familiar, MST, representante dos agricultores da região do Vale da Ribeira da região do Oeste, do Sudoeste.

Estamos aqui hoje, Sras. e Srs. Deputados, trazendo uma problemática para esta Casa de Leis, que é uma problemática muito específica da região Sul e Centro Sul do Estado do Paraná. Aqui estão agricultores do município de Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Porto Vitória, Pinhão, União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, São João do Triunfo, Malet, Rio Azul, Rebouças, Irati, Ivaí, Inácio Martins, Teixeira Soares, Imbituva. São regiões do nosso Estado que os agricultores ainda preservaram florestas em suas propriedades. Tenho dito que são agricultores que são verdadeiras preciosidades do Estado do Paraná. Enquanto o resto do Estado do Paraná, tirando a região da serra do mar e a região do Parque Iguaçu, já não existem mais florestas em sua propriedade. Essa região Sul e Centro-Sul, Deputado Rossoni, que é a sua região, a do Deputado Anibelli, do Deputado Alexandre, Deputado Artagão.

Nós, que temos uma atuação maior nessa região, nós preservamos florestas além dos 20% que a lei determina. O nosso problema não é os 20%, estamos mantendo a área de preservação permanente, mantendo os 20% da reserva legal. Mas, temos famílias, aqui, que vamos ver e ouvir depoimentos num filme que foi realizado nessa região que estão preservando 80%, 90%, 100% de sua propriedade com florestas nativas e que não têm a possibilidade, no momento, de mexer em nada porque o estágio da floresta não permite e porque essas florestas são compostas de araucárias, de imbuia, que são espécies que estão em extinção.

Então, o depoimento que vamos colocar é fruto de um trabalho de um ano todo, do ano passado, de discussões com os agricultores e que nos faz pensar, faz esta Casa de Leis pensar esta problemática, por um lado a necessidade de preservar, por outro lado a dificuldade dessas famílias que preservaram e hoje há essa questão de ter preservado como um problema, na verdade, em sua propriedade.

Passa a usar o Grande Expediente:

Então, gostaríamos de assistir ao filme e pedir a compreensão dos Srs. Deputados, para que possamos prestar bastante atenção, tendo em vista que é uma coisa muito justa, muito séria que está acontecendo no Sul e Centro-Sul. E este Parlamentar reconhece que toda vez que tivemos problemáticas que dependeu da união nossa, independente da cor partidária, sei que os Deputados que estão aí são solidários, com certeza, a essa problemática que vamos assistir.

(Apresentação de filme)

Essas imagens que nós vemos no vídeo são todas elas do Sul e Centro-Sul aqui do Paraná. Foram coletados depoimentos que estão aqui que vivem essa realidade. Porque o estágio da floresta que é o Pinheiro e a Araucária está num estágio que não permite mais o corte porque são espécies em extinção. Pessoas com 80% de florestas, 100%, caso do Adão Dias, o senhor que deu o depoimento, 81 hectares ele planta em dois alqueires de terra arrendada.

Então, entendemos que se preservarmos a área, tem os 20% da reserva legal e a outra área que poderia ser mecanizada, não temos possibilidade, a permissão por serem espécie em extinção, é justo que o Poder Público subsidie, que pague uma recompensa por essas áreas pelo menos o equivalente ao que daria um alqueire de soja, um alqueire de milho.

Gostaria de trazer o Sr. Geraldo Ninon, que é um dos últimos exemplos, com onze alqueires ele planta fumo em um alqueire, porque o resto é uma área de floresta com estágio que não permite o corte. É um exemplo, na verdade, dentro dessa realidade que está acontecendo no Sul e Centro-Sul.

Gostaria que o senhor usasse a palavra rapidamente para confirmar esse fato.

Sr. Geraldo Ninon

O SR. GERALDO NINON

Sras. e Srs. Deputados:

O negócio é mais sério do que às vezes pensamos. Porque o negócio é que eu tenho os onze alqueires, mas tenho somente um alqueire que estou ocupando, que eu posso plantar. O que eu posso tirar de um alqueire? Aquilo me dá, talvez 20% do sustento da minha família

para o ano. E o resto do ano, o que é que eu vou comer? O que é que eu vou fazer? Eu, com 61 anos, vou pegar cedo com a ferramenta no ombro, vou me mandar para trabalhar por dia ou de empreitada? Se olhar para trás, vejo a terra que eu tenho, que poderia abrir e não posso, não posso nem pensar em mexer, olha, aquilo não é fácil! Olhar lá o terreno que tem e ter que sair trabalhar por dia, aquilo dói sabe? Aquilo dói! Aquilo incomoda. Se eu mexer, eu cultivei todo aquele mato, depois os vizinhos, porque às vezes um vizinho ou outro que lá foi para defender os filhos que têm, os pequenos, que têm que ter um mantimento, que foi abrir e olhar em cima, muita nele! O que que ele vai fazer?

E eu, que sempre respeitei a lei, deixei, cultivei, isso dói pra gente! Se a gente vê um vizinho ser castigado, que não tem de onde tirar, nem para as crianças, pelo menos falar para pagar a multa, aonde é que se viu isso? Aonde é que fomos parar? Será que isto é justo?

Deixo somente uma pergunta no ar: será que isto é justo? Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. DEPUTADO PEDRO IVO ILKIV

Gostaria de passa a palavra ao representante da Fetraf, da Frente Sul da Agricultura Familiar, Sr. Marcos Rochinski.

Sr. Marcos Rochinski (Representante da Fetraf)

O SR. MARCOS ROCHINSKI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Fetraf/Sul, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, inicialmente, gostaria de parabenizar a iniciativa do Deputado Pedro Ivo em trazer presente para esta Casa este debate que nós consideramos de fundamental importância, para nós que somos agricultores e agricultoras.

Gostaríamos de dizer que esta problemática que os senhores acabaram de acompanhar no vídeo, que foi apresentado e nos depoimentos dos nossos agricultores, é uma problemática que vive hoje, centralmente, a região Centro-Sul do Estado.

No entanto, queremos dizer que uma política de preservação ambiental não pode ser apenas discutida por uma região específica. Precisamos discutir uma política de proteção ao meio ambiente, por um conjunto de agricultores e agricultoras do Estado do Paraná.

Consideramos de fundamental importância a iniciativa do Deputado Pedro Ivo e outros Deputados com os quais já estivemos conversando. Consideramos importante, inclusive, o posicionamento do Secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, que recentemente, quando eu abordei este assunto, comprometeu-se a criar, dentro da estrutura do Governo do Estado, um grupo de trabalho - o Deputado Zucchi estava presente também, na oportuni-

dade - para debatermos e construir para o Estado do Paraná, uma política de preservação ambiental que venha na perspectiva de valorizar a quem preserva.

Valorizar a quem preserva, porque é importante, Sras. e Srs. Deputados, nós temos consciência de quem destrói o meio ambiente no Estado do Paraná e no território brasileiro, não é a agricultura familiar, quem destrói, - destruiu historicamente o meio ambiente - é o grande agronegócio, são as grandes plantações de soja, de milho, que em nome do lucro, pretendem apenas buscar o lucro, sem a perspectiva da preservação ambiental.

Recentemente nesta Casa, estive fazendo um depoimento quando vivenciamos a discussão sobre a questão dos parques, e na oportunidade eu disse: "Se tivéssemos tido a consciência que a agricultura familiar tem de preservar o meio ambiente, não seria necessário estarmos discutindo a criação de parques de áreas de proteção ao meio ambiente, porque assim estaria o conjunto da população fazendo esse tipo de proteção".

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos dizer que somos favoráveis a este projeto e queremos que através dele, assim como o Secretário Pessuti assumiu o compromisso de constituir um grupo de trabalho, que os Srs. e as Sras. Deputadas também se dediquem a este tema para que o Estado do Paraná, assim como foi exemplo na rotulagem dos transgênicos, assim como foi exemplo se contrapondo aos transgênicos, seja amanhã exemplo para a Nação brasileira da constituição de um projeto de preservação ambiental, sobretudo valorizando a quem historicamente preservou e protegeu a nossa mãe natureza.

A agricultura familiar do Estado do Paraná, dos três estados do Sul, juntamente com os nossos companheiros, constituímos recentemente a nossa Fetraf Brasil. E esta entidade, esta semana, esteve fazendo um debate e colocamos na mão do Ministro Miguel Rosseto, na mão da Ministra Marina Silva, este documento que nós vamos fazer chegar às mãos de todos vocês, Sras. e Srs. Deputados, que contém um conjunto de propostas debatidas e construídas pelos agricultores e agricultoras familiares do Estado do Paraná, junto com Santa Catarina, com Rio Grande do Sul e das outras regiões aonde a Fetraf Brasil está já implantada.

Queremos dizer que a vontade desses agricultores que estão presentes aqui, Deputado Zucchi, não era de estar neste momento lotando as galerias da Assembleia Legislativa; queríamos, sim, estar tirando leite, colhendo nosso feijão, o nosso milho, o nosso arroz, produzindo alimentos; mas, faz-se necessário, a nossa presença aqui para sensibilizar a sociedade paranaense e esta Casa de Leis, na perspectiva de que nós consolidemos um projeto de desenvolvimento, com uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Enquanto a agricultura familiar luta para preservar setores agroindustriais, setores das multinacionais, o grande agronegócio destrói e contamina. E é essa a nossa

perspectiva, a nossa presença, que é justamente trazer essa denúncia e dizer que somos parceiros desta Casa para construir um projeto com a perspectiva de preservação ambiental, com sustentabilidade social, econômica e que garanta, fundamentalmente, a renda para o conjunto dos agricultores e agricultoras familiares deste Estado.

Viva a agricultura familiar! Viva a Fetraf Brasil! É uma entidade que luta, e viva este projeto, pois estamos dando passo importante para a sua construção nos próximos dias!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputada Luciana, ainda tem o tempo dentro do tempo do Deputado Pedro Ivo.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agricultores aqui presentes, lideranças sindicais, Vereadores.

Quero parabenizar o Deputado Pedro Ivo por trazer para esta Casa um debate importante para o Estado do Paraná, mas, de uma maneira especial, um debate importante para a agricultura familiar do nosso Estado.

Quando o Deputado traz para nós um projeto que vai nos dar condições, e que nos dá já condições, como esta tarde, de poder entender um pouco mais a realidade do campo, a realidade que enfrentam os nossos pequenos agricultores.

Entendemos que a partir de hoje começa uma oportunidade de fazer com que a sociedade conheça um pouco mais, como trabalham, e o que pensam os agricultores familiares.

Ouvimos aqui depoimentos que nos deixam bastante emocionados; sou agricultora e sabemos da dificuldade que nossos agricultores enfrentam.

E sabemos do cuidado que nossos agricultores têm com o meio ambiente. São as primeiras pessoas a pensar no meio ambiente.

Por isso que vêm para um debate, não para dizer que são contra as leis que estão aí, mas porque esperam que as leis discutam também a situação dos agricultores.

Temos acompanhado o que vem ocorrendo com o nosso meio ambiente, as consequências que tem pela falta de cuidado que tivemos com ele.

Não podemos atribuir a responsabilidade de cuidar do meio ambiente somente para os nossos agricultores.

O agricultor cuida da sua propriedade, pensa e preserva a mata pensando no mundo inteiro. Mas, quem pensa no sustento do nosso agricultor, quando ele tem que deixar um pedaço de área reservado?

Ninguém aqui é contra o que diz a lei, mas queremos saber de que forma os nossos agricultores serão recompensados por ajudar a preservar a nossa natureza.

Estamos nos colocando, junto com o Deputado Pedro Ivo, para o debate: Queremos buscar juntos uma solução.

Sabemos que não é um problema do Estado do Paraná. Conseguimos sair à frente na questão da rotulagem dos transgênicos. Também podemos sair à frente com um projeto modelo de compensação aos nossos agricultores que têm o cuidado e a preservação do nosso meio ambiente.

A agricultura familiar, além de cuidar das matas, de obedecer rigorosamente o que diz a lei, também está partindo para a produção orgânica, pensando na qualidade de vida do ser humano. E a agricultura familiar é responsável por 80% dos alimentos colocados na mesa dos brasileiros.

Por isso que tem todo um pensamento positivo, uma esperança de mudarmos uma realidade em que vivemos hoje; esperamos ações dos nossos governos Estadual e Federal e esperamos ser reconhecidos por isso.

Gostaria de parabenizar a Fetrafsul pela mobilização que teve hoje pela manhã. Uma manifestação pacífica, bonita, mas que colocou para as autoridades, o que pensa a agricultura familiar.

É claro que a agricultura familiar reconhece que teve avanços nesses três anos, mas é claro que temos muitos a conquistar, muita coisa precisa ser feita.

A manifestação desta manhã mostrou o que queremos, o que buscamos e o que esperamos dos nossos governos.

Parabéns para a Fetraf! Parabéns a todos os agricultores que estão aqui.

Com toda certeza teremos grandes desafios pela frente, mas com muita organização vamos conquistando um mundo melhor e um ambiente mais saudável para todos nós.

Muito obrigada pelo aparte, Pedro Ivo.

Um abraço a todos.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (PT)

Agricultores que estão hoje aqui, que coloco como verdadeiras preciosidades do Estado do Paraná.

Estava conversando com o Deputado Neivo Beraldin, e não são áreas de parque, não são áreas públicas, são áreas particulares, são pessoas que, ao longo do tempo, ou por não terem ganância não mexeram nessas florestas, não avançaram nessas áreas ou por questão de consciência preservaram e, neste momento em que esta floresta está ameaçada de extinção, eles não podem mexer. Mesmo que queiram mexer nessas florestas não é permitido por causa do estágio dessas florestas que não permite corte.

Então, entendemos que se a Europa subsidia a agricultura convencional, subsidia plantação de grãos; se na Holanda um produtor de leite recebe dois mil e quatrocentos dólares por vaca de leite que tem, recebe de subsídio de ajuda do custo do Governo para manter; nós temos que bancar as nossas florestas: pelo menos aqueles que

preservaram pudessem receber o equivalente ao lucro que daria um alqueire de soja, um alqueire de milho, que também tivessem esse subsídio.

Se a água é importante, se o ar é importante, se as florestas são importantes, a humanidade tem que bancar um projeto dessa natureza porque não adianta apenas filosofar, não adianta discutirmos se não tivermos recursos direto para que esses produtores pudessem subsidiar essas florestas.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pedro Ivo, também sou oriundo da pequena propriedade, então entendo perfeitamente o clamor dos presentes e a intenção de V. Exa.

Há treze anos propus a Lei do ICMS ecológico nesta Casa, e foi aprovado. Naquela época, o que se podia fazer, dentro da Constituição, era dar uma compensação financeira aos municípios que tivessem áreas de preservação criadas por Lei Federal, Estadual ou Municipal.

De lá para cá foram repassados mais de um bilhão e duzentos milhões de reais aos municípios paranaenses. São duzentos e vinte e seis municípios que recebem dinheiro como compensação por áreas criadas por lei.

Agora, o que os prefeitos fazem com esse dinheiro está garantido na Constituição, autonomia municipal. Então, depende deles e dos Vereadores dos municípios a maneira que vão aplicar esse dinheiro. Piraquara, por exemplo, recebe um milhão de reais por mês, porque tem os mananciais de água que abastecem Curitiba e a região; a sua região Centro-Sul (Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul e todos aqueles municípios) recebe uma compensação financeira pelas áreas ambientais que tem.

Agora, a maneira que se encontraria para compensar diretamente esses agricultores que V. Exa. está me propondo, e que me parece bastante plausível, é encontrar um mecanismo legal para que o Estado possa indenizar, ou seja, desapropriar essas áreas de preservação ambiental dando-lhes dinheiro para que eles possam comprar uma área que possa ser mecanizada.

Acho que alguma coisa nesse sentido tem que ser feita, porque eles estão cheios de razão, precisam da sua subsistência e nós também precisamos da natureza para que mantenha o meio ambiente para esta geração e para as futuras.

Nós temos que compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Muito obrigado!

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pedro Ivo, quero parabenizar seu trabalho e sua iniciativa de trazer esse assunto ao debate aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero parabenizar, também, os agricultores da região Sul do nosso Estado, que se fazem presentes hoje, aqui na Assembléia Legislativa, interessados e prestigiando essa iniciativa do seu mandato de Deputado Estadual.

Nós, aqui de Curitiba, que vivemos na região, podemos dar certeza a V. Exa., os Deputados da Assembléia podem até não ser exatamente a forma como está escrita no seu projeto de lei. Mas, o mecanismo de compensação para os pequenos agricultores que preservam áreas de interesse ambiental para o nosso país, este mecanismo, V. Exa. está de parabéns por ter vinculado, ter explicitado em um projeto de lei. Tenho certeza que esse projeto vai alcançar unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não é o problema apenas para o pequeno agricultor da região Sul ou do Sudoeste do nosso Estado. Inclusive aqui na região próxima de Curitiba tem muitas famílias, tem muitos pequenos proprietários que preservam um, dois, três, quatro alqueires e fazem a agricultura familiar, aquela de sobrevivência dos hortigranjeiros para abastecer a mesa dos habitantes das cidades, que também poderiam ser compensados nesses mesmo mecanismo que V. Exa. corretamente está colocando para apreciação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Você, Pedro Ivo, falou da Holanda. O Japão subsidia e paga para que os agricultores produzam arroz. Pretendem não importar arroz para que o Japão seja auto-suficiente em função da importância cultural e histórica que o arroz tem na alimentação do povo asiático.

Para nós, que estamos vendo a cada dia as nossas florestas e o nosso meio ambiente ser depredado, nada melhor do que o Governo do Estado do Paraná ou o Governo brasileiro, no lugar de comprar helicóptero, carro, ter que fazer concurso público para que alguém vá fiscalizar uma propriedade no interior do Estado, para saber se está cortando um pinheiro ou uma imbuia, que permita que os agricultores das pequenas propriedades façam a preservação, porque quem melhor tem o amor a esta vegetação e a este patrimônio da humanidade são eles e as suas famílias que até hoje preservaram esta vegetação tão importante para nós, seres humanos.

Então, o Governo economiza ao aprovar uma lei como esta. Não é desperdício de dinheiro e não é dinheiro a mais. Vamos deixar de gastar em gasolina, em compra de pick-ups, em concurso público para fazer com que fiscais estejam nas propriedades, porque vocês é que vão fiscalizar o patrimônio vegetal do nosso Estado e garantir a sobrevivência das suas famílias e dos seus filhos.

Pedro Ivo, parabéns pela iniciativa.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (PT)

Desculpas ao companheiro Marcos Isfer, que pediu aparte, mas o meu tempo se esgotou e gostaria, só para finalizar, dizer que seremos recebidos agora no Palácio Iguaçu, logo após o pessoal sair, onde estaremos conver-

sando com o Vice-Governador Orlando Pessuti, colocando uma proposta, mostrando este filme e acredito que as autoridades, tanto em nível de Estado como em nível federal, são muito sensíveis a uma causa como esta. Sentimos as ações do Governo, que não queremos fazer discurso para tirar o resto daquelas manchinhas verdes que aparecem no Estado do Paraná. Não é este o nosso discurso. O nosso discurso é que dentro desta problemática que estamos hoje, pode ser transformar numa grande oportunidade para todos aqueles que preservaram as florestas em suas propriedades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e a todos vocês agricultores por esta participação no dia de hoje.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, Bloco do PP/PSB, bloco PTB/PL/PMB/PPS.

Estou inscrito no horário do PDT. Vou passar a presidência para a Deputada Cida Borghetti, para poder fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi, do PDT, por dez minutos.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes, minhas saudações.

Assumi um compromisso com membros do meu Partido, para que eu falasse, hoje - não sabia da presença dos agricultores - sobre a crise da nossa agricultura. Inclusive, um relatório feito no Paraná colocou nesta semana que passou, ao Ministro da Agricultura, a situação da agricultura no nosso Estado. Não é só a situação da agricultura do grande agronegócio e nem das grandes indústrias. A situação com relação à agricultura, Deputada Cida, é extremamente grave.

Um agricultor que hoje me visitava pela manhã, no gabinete, chorava, Deputado Marcos Isfer, porque tem como base do seu trabalho, a avicultura. Deputado Vanhoni, a avicultura, por conta da gripe do frango, que está para lá da Europa e que não temos nem notícia ainda, aliás, só temos notícia aqui - quem tem dois aviários só está recebendo frango para um, cujo lote é a cada 32 dias, que sai no intervalo de mais de dez dias recebe outro lote, já está sendo espaçado isso para dois meses. Mas dezenove mil reais que ele deve no Banco tem que pagar a prestação.

Vemos o seguinte: o leite, uma atividade básica da agricultura familiar, cujo preço caiu vertiginosamente também; o suíno, a metade do preço; o trigo, o Brasil pre-

cisa de dez milhões de toneladas, produziu cinco - os agricultores levaram calote, o preço mínimo não foi cumprido, portanto, eles não tiveram preço no trigo; o milho que é a moeda do agricultor - duvido que tenha alguém aqui que não saiba o que é o cultivo do milho, que é a cultura básica da agricultura familiar, porque pode ser transformada em proteína animal, quer seja frango, leite ou suíno - não tem preço. Tem dez reais de preço e não tem quem compre. Por conta da aftosa, nunca vi aftosa sem boi babar. Aqui no Paraná, estão abatendo bois que apresentam uma condição de sanidade, para qualquer abate, para colocar no mercado. Não sabemos porque estão sendo abatidos esses bois, porque não tem ali a febre aftosa, Deputado Nelson Garcia. Mas, por conta disso, tem agricultor que jogou leite fora... e bastante!

Fui responsabilizado para vir aqui falar que, ou teremos medidas urgentes com relação à questão da agricultura ou as coisas vão ficar muito difíceis. Para o grande agricultor, não vai pagar o trator, a colheitadeira que comprou, mas o pequeno também não vai pagar. A vaca que está sendo morta por causa da brucelose e não tem como substituir esse animal, não tem Fundeppec para isso.

Quero parabenizar o Deputado Pedro Ivo, porque mexeu em uma questão importante. Não são só os agricultores que têm a preservação, como este que veio falar aqui, aquele perto do rio, por exemplo, não tem como deixar cem metros de preservação, porque senão acaba a propriedade dele ou aquele que, quem sabe casa um filho e aí não pode nem tirar um cabo de enxada, um cabo de foice, quanto mais uma tábua para fazer a casa.

Então, é um problema grave com relação à questão da agricultura. De forma geral, o Brasil não pode deixar o agricultor à mercê do mercado, nem o pequeno e nem o outro! Por quê, Deputado Vanhoni? Porque mercado é mercado, não existe agricultura sem seguro e sem preço! V. Exa. falou, Deputado Pedro Ivo, que a Europa subsidia a agricultura, e muito! Agora aqui é o seguinte: a Deputada Luciana, uma vez, colocou aqui depois eu também, apoiando neste sentido, o projeto da habitação rural. Por que é que tem que esperar o agricultor sair de lá para daí dar uma casa popular na cidade? E nós vamos lá, assinamos o convênio e tudo, todo mundo bate palma!

É preciso apoiar o agricultor! Se não tiver medidas urgentes - agora, nunca vi uma pressão tão forte dos Bancos em cima dos agricultores, e foram os que tiveram o maior lucro da história do nosso Brasil! Por que é que agora vão lá querer tirar a terra do agricultor que, por acaso, não pagou a prestação do aviário porque não pode pagar? Ou aquele que, infelizmente, chora porque a vaca foi abatida por causa da brucelose, que os exames atestaram e ele não pode substituir esse animal!

A agricultura está em crise, o modelo está em crise! Ainda bem que tem o Pronaf que ajuda, mas a agricultura, de forma geral, está em crise! Não há razão que possa fazer com que os agricultores agora tenham a condição de pagar aquilo que fizeram! Você vai em qualquer

venda, casa de pecuária e você vai ver o seguinte: quem é que utilizou semente de boa qualidade? Ninguém! Ninguém vai agüentar utilizar semente de boa qualidade! Vejam o seguinte: caiu o preço dos produtos mas o preço do óleo diesel aumentou e isso dá o reflexo no aumento do custo de produção!

Fui responsabilizado para vir aqui e falar que: ou se toma medidas a favor da nossa agricultura ou vamos quebrar, porque 80% da nossa agricultura é familiar! Temos que apoiar essa gente, tem que ter calcário, tem que ter programa para os produtos orgânicos que têm um valor agregado maior, tem que dar a possibilidade!

Eu fui num agro-show, lá na cidade onde moro, porque nasci numa cidade perto, Itapejara do Oeste, e lá o Deputado Anibelli estava junto, Deputado Nereu Moura estava presente na abertura do agro-show em Pato Branco e ali os agricultores passavam e viam as tecnologias. Você ia conversar com eles e eles diziam: "o problema é só ter dinheiro para fazer". Todo mundo sabe o que tem que fazer na sua propriedade, o povo tem história, tem trabalho, aliás permaneceu na terra que tem amor pela terra porque as dificuldades sempre foram muito grandes. Então, é preciso apoiar a agricultura! V. Exa. tocou num ponto muito importante: temos que ter um programa de fomento florestal no Estado ou de apoio ao pequeno agricultor, porque você pedir àquele que tem dez alqueires para plantar mata nativa é pedir para o cara morrer de fome, pois o que é que ele vai fazer? É o depoimento que deu aqui o agricultor da lavoura de fumo.

Deputado Marcos Isfer, concedo o aparte. Como estou com pouco tempo, pediria para V. Exa. ser breve.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Rapidamente.

V. Exa. tem toda razão, temos que ter ações concretas. Aprovamos recentemente, aqui nesta Assembléia, um projeto diminuindo as taxas do IAP, as taxas dos cartórios para os registros das reservas legais. Precisamos de tudo que possa baixar os custos! Precisamos baixar custo para a agricultura, a suinocultura, porque senão vamos quebrar a nossa agricultura familiar, o nosso agronegócio e o nosso Estado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço a participação de V. Exa.

Estou encerrando, Sra. Presidente, e acho que todos temos uma responsabilidade muito grande, porque no Paraná não temos muitas alternativas. Tudo que houve aí de equilíbrio da balança comercial, essa confusão toda aí, foi tudo pela produção. Então, temos que apoiar, porque a situação está crítica, caótica, complicada. Esperamos que, obviamente, medidas sejam tomadas.

Estou cumprindo aquilo que me foi falado por um grupo de pessoas. Faço parte do Conselho Estadual da Agricultura Familiar e me pediram que fosse feito um relato. É claro que já teve gente que falou com Ministro, houveram outros Deputados que já conversaram e é claro

que estamos conversando, mas Deputado Pedro Ivo, V. Exa. tem o meu apoio no projeto e quero parabenizá-lo por ter trazido isto aqui na Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (PT) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de convidar os agricultores para que possamos nos deslocar à frente do Palácio para aguardarmos a recepção.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No Horário da Liderança do PFL, Sr. Deputado Elio Rusch, por dez minutos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Primeiramente o Deputado Pedro Ivo deixa o convite a todos os Deputados que queiram participar dessa audiência agora, no Palácio. Todos os Deputados estão convidados para a entrega do projeto da compensação. E segundo, gostaria de registrar a presença do Sr. Remi, ex-Vereador do PT do município de Dois Vizinhos, que nos dá a honra, na Sessão de hoje, e também é irmão do nosso amigo e funcionário da Casa, o Cleumir. Também registrar a presença da Vereadora Loiri, do município de Santo Antônio, Vereadora do PT. E anunciando a presença da Loiri, cumprimento a todos os demais Vereadores que fazem parte da caravana que estão nesta mobilização.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Esta Presidência quer dar as boas-vindas aos nossos visitantes, bem como agradecer aos agricultores e agricultoras do Paraná que aqui se fizeram presentes.

Passamos a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sinto que os agricultores estão se ausentando, neste momento, até pelo compromisso que têm assumido, mas não posso deixar de me manifestar em relação ao assunto que o Deputado Pedro Ivo traz à Assembléia Legislativa. Embora os agricultores saiam, mas que fique registrado então, nos Anais da Assembléia Legislativa, o nosso posicionamento.

O PFL sempre tem defendido a livre iniciativa, o pequeno proprietário, enfim, todos que produzem no nosso Brasil, seja na agricultura, na indústria, seja no comércio. E defendemos que o capital e o trabalho têm que andar juntos. Defendemos a reforma agrária, mas uma reforma agrária justa, respeitando o direito à propriedade. Defendemos a política para o pequeno e o mini-agricultor do nosso Estado e do nosso Brasil, porque se não tiver uma política agrícola para o pequeno agricultor, ele será também amanhã ou depois, um sem-terra. É essa visão que nós temos. E não julgamos única e exclusiva-

mente para a platéia. Falamos com números e dados. Ora, sabemos que cada Governo tem a sua forma de administrar e a sua política agrícola, a sua política econômica. E o que é que estamos assistindo, Deputado Zucchinho, ao longo do tempo no nosso Brasil? É uma corrente; muda Governo, vai Governo, vem Governo e a agricultura reclama.

Mas, a situação chegou no fundo do poço. Não só para o pequeno agricultor, para o grande agricultor também. Não adianta defendermos uma política agrícola para o pequeno e prejudicar o grande. Não adianta defender o grande prejudicando o pequeno, afinal de contas todos são proprietários e tem que existir uma política agrícola que defenda exatamente os dois lados, o grande e o pequeno proprietários. Já disse, inúmeras vezes, quando presidi a CPI da Reforma Agrária e o Deputado Bradock foi relator e outros Deputados que integraram a Comissão, sentimos e fomos verificar *in loco* o que estava acontecendo, não só com a política agrícola familiar, com a agricultura familiar, mas fomos sentir também o que está acontecendo com os assentamentos feitos no Estado do Paraná, com os acampamentos, com as invasões.

Tudo isso nós sentimos e a conclusão que chegamos, que efetivamente não existe uma política agrícola para o nosso Brasil. Por mais interessado e por mais conhecimento que tenha o Ministério da Agricultura e eu o defendo -, é um homem do campo, é um homem das cooperativas, é um homem que entende da agricultura, mas quem é que não dá as condições para ele? É o Ministério da Fazenda, é a polícia econômica do atual Governo.

Ouvi atentamente os Deputados Ângelo Vanhoni, Luciana, Pedro Ivo e Zucchinho, enfim, todos os que se manifestaram em relação à política agrícola familiar. Mas, onde está a essência, Srs. Deputados? Se os agricultores estivessem aqui, seria vaiado agora. Eu disse para os Deputados: "eu vou ser vaiado hoje". Disse aqui no plenário e não estou dizendo, porque estão ausentes. Onde é que está o furo da bala? Está no Governo Federal. Quem é o Governo Federal? É o PT! A política econômica é do PT! Isso tem que ser dito! Eu seria vaiado neste momento se estivessem aqui, mas não vamos esconder o sol com a peneira. Ora, minha gente, o Parlamento tem que se claro. Quando nós éramos Governo, éramos criticados, sim. Agora, quem é Governo hoje, tem que assumir esse ônus. O Congresso está votando hoje o Código Florestal Brasileiro. Nós já discutimos aqui na Assembléia. Dói no coração da gente, na nossa alma, quando vimos aqui um agricultor na tribuna dizendo que tinha onze alqueires de terra e podia usar somente um alqueire. Quem são os fiscais, Deputados Nelson Justus? É o Ibama e o IAP. Quem é o Ibama? É um órgão do Governo Federal. Quem é o Governo Federal? É o PT. O que é o IAP? É um órgão do Governo Estadual. Quem é o Governo Estadual? É o PMDB!

Ora, arrancar aplausos dos pequenos agricultores é fácil, mas vamos assumir a nossa posição, Srs. Deputa-

dos. Quem é que está instituído? É o PFL, é o PSDB ou é o PMDB no Governo Federal? Não, é o PT! A onda da corrupção, o Palocci deve cair. Hoje ou amanhã, cai o Ministro da área econômica do Governo Lula e nós estamos aqui arrancando aplausos dos pequenos agricultores quando tínhamos que defendê-los junto ao Governo Federal e dizer quem é o culpado. Agora, não se diz isso, Deputado Marcos Isfer. Eu disse para o senhor, disse para o Ratinho, disse para o Luiz Accorsi, disse para o Nelson Justus, para o Nelson Garcia e para o meu Líder, o Valdir Rossoni. Disse para o Líder do PFL, Plauto, que me desse o horário do PFL porque eu queria ser vaiado hoje, porque iria falar a verdade.

Ora, quando é para ser aplaudido, sou aplaudido. Quando é para ser vaiado, sou vaiado, mas para dizer a verdade e não enganar ninguém.

Quando falamos aqui, Deputado Reni Pereira, quando o Deputado Plauto, o Deputado Pedro Ivo e eu - parabenizo o Deputado Pedro Ivo pelo excelente trabalho que tem realizado e que ele realiza em favor dos pequenos proprietários -, só falta dizer uma coisa, quem é Governo Federal, porque eu vi pessoas protestando, mas com a camiseta do Lula estampada no peito, e protestando!

Então, o que é que está acontecendo? Isso tem que ser dito para o Paraná. Eu espero que a imprensa do Paraná, quando noticiem amanhã, nos jornais e na televisão, mostrem - e é importante mostrar esse protesto - a insatisfação, a falência da agricultura do Brasil.

O Deputado Reni Pereira apresentou um número muito importante. Eu prestei bem atenção. Setecentos mil empregados diretos na avicultura, na suinocultura e no gado e que, gradativamente estão desempregando. Por causa do quê? Por causa do PFL e do PSDB, ou por causa da política econômica do Governo? Ou por que não se investiu recursos necessários para combater exatamente a sanidade, a saúde animal? E se permitiu que a aftosa viesse para o Brasil e aqui no Paraná o Governo do Estado põe no site que há suspeita de febre aftosa. O Governo do Estado, Deputado Ângelo Vanhoni, no Paraná disse que há suspeita de febre aftosa. Ninguém disse isso! E depois que fizeram o negócio dizendo que tinha suspeita de febre aftosa, daí ele vem dizer: Não há febre aftosa no Paraná!

Primeiro você alerta, depois você diz que não há. O prejuízo é de milhões e milhões de reais, Deputado Ratinho, para a agricultura do Paraná. Quem criou isso? Quem noticiou isso? Foi o Parlamento? Foi a Faep? Foi o Sindicato ou foi o Governo do Estado? Foi o Governo do Estado do Paraná que criou e pôs no site e disse que há suspeita de febre aftosa! A mesma coisa acontece aí.

Eu, por minha coerência, não podia ficar calado e não podia deixar passar este momento.

Permito o aparte do Deputado Traiano.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra Deputado Traiano e um minuto para a sua conclusão, Deputado Elio Rusch.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Se. V. Exa. quiser concluir, eu uso o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu quero concluir.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pode concluir, Deputado Elio Rusch.

O Deputado Ademar Traiano está inscrito no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Só para deixar registrado ainda, Deputado Antonio Anibelli, nós conversamos, a Petrobras, que é do Governo Federal, um lucro de vinte e poucos bilhões de reais, e o Banco do Brasil mais de cinco bilhões de lucro. Os bancos, todos, mais de cinco bilhões de lucro graças à polícia econômica do Governo Federal, a quem os nossos pequenos agricultores que acabaram de sair, estavam aplaudindo os seus representantes aqui no Estado do Paraná.

É lamentável que nós vivemos exatamente momentos iguais a esse. Então, mude a política econômica. Tirem o lucro da Petrobras. Tirem o lucro do Banco do Brasil. Tirem os lucros dos bancos e dêem para os pequenos produtores. Aí, sim, estaremos cumprindo com o papel de um verdadeiro e legítimo representante desses pequenos agricultores que saíram.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Horário da Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Anibelli e Deputado Traiano.

Eu, nesse final de semana, até por estar descansando, li a Folha de São Paulo, a Veja, a IstoÉ, a Época, todas as revistas possíveis, e um colunista da Veja, Roberto Pompeo de Toledo, fez aqui uma visão futurista que acredito que faria bem para todos os brasileiros.

Aqui vou fazer a leitura de parte dessa coluna para que V. Exa. entendam.

(**Lê**):

O futuro, uma visão virtuosa

O que terá acontecido com Palocci, sua turma, Dirceu, Delúbio, Duda, Lula e companhia bela.

Janeiro de 2007. Ainda está para ser explicada a onde virtuosa que tomou conta do eleitorado, mas o fato é que nenhum dos Deputados implicados no chamado escândalo do mensalão - nenhum! - conseguiu renovar mandato, na eleição de outubro último. Para citar alguns

poucos exemplos, os ex-Deputados Wanderval Santos, Romeu Queiroz e Pedro Henry obtiveram, respectivamente, quinze, onze e dezoito votos, e o ex-Deputado João Paulo Cunha, aquele cuja mulher foi pagar uma conta da TV a cabo e distraidamente acabou apanhando um cheque, só conseguiu um voto, presumidamente o dele próprio - a mulher distraiu-se de novo e votou em outro. Igual insucesso conheceram os ex-Deputados que renunciaram ao mandato para evitar a cassação, de Valdemar Costa Neto, o "Boy", a Carlos Rodrigues, o "bispo Rodrigues".

A decisão do eleitorado combina com o surto de comisseração, de purgação, de piedade e até de fervor religioso que contaminou o meio político. O ex-Ministro Antônio Palocci, como se sabe, é agora "o irmão Antônio". Entrou para a ordem dos franciscanos e foi viver em Monte Santo, lá no coração místico do sertão baiano, onde sua devoção, seu despojamento, sua renúncia aos prazeres e sua generosidade lhe valem crescente aura de sanidade. A turma de fiéis seguidores de Ribeirão Preto, aquela mesma que o assessorou desde os tempos em que era Prefeito nessa cidade, alugou uma casa, na região, para ficar perto do líder. O ex-Ministro costuma visitar a casa, para rezar o rosário junto com os antigos colaboradores e prestar-lhes orientação espiritual. Isso já se sabia, mas sempre correu o rumor de que algo mais ocorreria por ocasião dessas visitas. Pois ocorria mesmo. Uma recente indiscrição do caseiro tornou público que exercícios coletivos de autoflagelação, como ajoelhar no milho ou infligir chibatadas no próprio dorso, costumam ter lugar ali. Mulher não entra na casa.

Marcos Valério, o antigo mago na arte de fazer brotar dinheiro nas mãos dos políticos, foi à televisão e confessou tudo. Por fora, era a mesma figura de cabeça raspada e lustrosa, tão familiar aos brasileiros, mas por dentro era outro homem - arrependido e ansioso por mudar de rumo na vida. Felizmente não o abandonou o antigo espírito empreendedor, de tal sorte que se aproveitou da marca "Valerioduto" e registrou-a como nome de uma sociedade de benemerência destinada a alertar contra os males da propina, do achaque, do caixa dois e do assalto aos cofres públicos. "Valerioduto, transporte para um novo Brasil" é o slogan da instituição, que tem uma de suas mais abnegadas voluntárias na pessoa de Jeany Mary Corner, também ela contemplada pela graça de regeneração, e que utiliza as amplas conexões com o mundo político e empresarial angariadas ao tempo em que coordenava uma rede de recepcionistas na capital federal para fazer chegar aos endereços certos a mensagem do novo e honrado Valerioduto.

O ex-Ministro José Dirceu tomou gosto pelo Caminho de Santiago. Sua primeira experiência nessa empreitada, todos devem se lembrar, foi no reveillon do ano passado, quando fez o trajeto na companhia do amigo Paulo Coelho. Dizer que ele repetiu outras vezes a piedosa caminhada não exprime o que verdadeiramente aconteceu. O que aconteceu, para o espanto geral, é que

ele se tornou um permanente caminheiro de Santiago. Está sempre indo de lá para cá, num moto-perpétuo jamais visto, em tempo algum. Dizem que está muito magro e nem sempre com boa aparência, apesar dos cuidados de um colaborador (Waldomiro Diniz, segundo alguns) que se encarrega de providenciar-lhe do que comer, do que beber e do que vestir. Mas está feliz.

Delúbio Soares comanda na televisão o programa *Acerte a Contabilidade*. A cada dia entrevista um político ou empresário que confessa ter lançado mão de recursos não contabilizados e o ajuda a passar-se para o lado da lei e do bem. Duda Mendonça escreveu um livro, *A Arte de Contar Mentiras*, em que, ao revelar os truques de uma vida destinada à mistificação, ensina os leitores a identificá-los e a não cair neles. O professor Luizinho voltou a dar aulas de matemática em Santo André. Os números que utiliza, modestos e morigerados, nunca passam de 20.000. O assessor do irmão de José Genoíno virou budista e foi viver no Tibete, enrolado numa túnica sob a qual será sempre impossível esconder qualquer coisa, quanto mais dinheiro.

E Lula? Bem, Lula... foi reeleito Presidente da República. Salvaram-no: sua capacidade de liderar, sua identificação com o povo brasileiro, a mística de sua história. É um outro Lula, porém, não só sem Dirceu, sem Palocci, sem Duda e sem Delúbio, como também menos deslumbrado com o cargo, menos festeiro, mais consciente de seus deveres e suas responsabilidades. Chamou José Serra para primeiro-ministro, cargo que descobriu-se - nem precisava de reforma constitucional para ser instituído, podia ser criado como qualquer outro cargo de Ministro. PT e PSDB governarão em coligação.

E aí, meus amigos, esta aqui é, na verdade, talvez uma coluna, um editorial, de alguém visionário, vendo 2007. Tomara que tudo isto seja verdade. Mas, vejamos como é o destino: a Casa da Dinda com a casa de Ribeirão Preto; o motorista da Elba com caseiro Jocenildo. E, hoje, cai o Ministro da Fazenda.

Para encerrar, o Presidente assume em 2007, mas não lembra que ganhou a eleição, porque ele não lembra de nada, não sabe de nada e certamente seus amigos, cada um no seu dia-a-dia, vai cumprir a penitência, a qual eles merecem.

Encerro aqui meu pronunciamento e quero cumprimentar Roberto Pompeu de Toledo, da Revista *Veja* por tão brilhante escrita que fez, futurista, e certamente a partir de 2007 vamos ver o Dirceu em Santiago da Compostela, Delúbio ajudando na contabilidade, Duda recebendo os "royalties" do livro "Como Contar Mentiras."

Era isto, Sra. Presidente, encerrando a lembrança de que a história se repete: a Casa da Dinda com a Casa de Ribeirão Preto; o motorista da Elba com o caseiro Jocenildo.

O SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Rafael Greca, por dez minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, defende a idéia de que o projeto de emenda à Constituição proposto pelo Deputado Tadeu Veneri deve ser apensado, unido, para discussão à Mensagem do Governador sobre o mesmo assunto. Ambos os projetos falam do combate ao nepotismo. Por nepotismo entende-se o empregar parentes das pessoas investidas de autoridade. Eu, pessoalmente, acho que parente, ou não parente, o que nós precisamos é de funcionários públicos eficientes, honestos, inteligentes, competentes; eu não vejo como um defeito o fato de uma pessoa ser parente de um governante. Eu lembrava-me hoje, por exemplo, de Madame Curie e de Pasteur, que trabalharam os dois durante a vida toda no mesmo laboratório público de Paris, e foram beneméritos da humanidade.

Em estando em vigor a lei do Deputado Tadeu Veneri, e mesmo a lei proposta pelo Requião, o Pasteur, por dormir com a Madame Curie, não poderia nunca mais trabalhar ao lado dela no mesmo laboratório público.

Lembro da Sra. Franchete Riechbietter, que era competente engenheira de urbanismo da Prefeitura de Curitiba, foi inclusive minha mestra, foi minha assessora na Câmara de Vereadores, em um tempo em que o Carlos Riechbietter, seu marido, era Presidente da Caixa Econômica por um período, e depois era Ministro da Fazenda.

Vejo esse vazo de proibir a contratação por parentesco como uma limitação talvez de talentos. Mas, poder ser também uma medida da chamada moralidade pública porque há exageros, há exageros em muitas Prefeituras, em muitos Governos, em muitas esferas de haver muitos parentes empregados. O problema é discutir se o parente trabalha ou não trabalha, se é eficiente ou não. Porque os nepotes dos Papas eram pessoas investidas de dignidade e que ganhavam as cômmodas, ganhavam o dinheiro da igreja sem merecer por isso, sem trabalhar para isso. Os nipotes do Papas antigos podiam ser seus netos, seus filhos, seus sobrinhos. Houve casos, em momento de grande tristeza para a igreja, que eram até amantes dos dignatários do poder investidos da categoria de Cardeais nepotes.

Então, o termo nepotismo é muito complicado, porque ele vem de escorpião que costuma carregar os seus filhos nos ombros e os filhos devoram a sua própria casca. Disso é que vem o termo *nepos*.

O povo, perguntado na rua, diz que tem que acabar, não pode contratar parente. Mas, nem sempre o povo puxa pela idéia de que não se está falando só de parentes que não trabalham, se está falando também daqueles outros que são úteis, corretos, honestos e investidos de dignidade.

Mérito à parte, acho que a Assembléia Legislativa deve discutir os dois projetos conjuntamente.

O Sr. Governador pede que a Assembléia Legislativa aplique a si própria a restrição que quer aplicar a outro Poder. Pede que a restrição seja aplicada ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo.

O Sr. Governador quer uma discussão com profundidade do problema, se é que o problema existe.

Eu, por exemplo, vejo que em se criando a restrição muitas mulheres serão prejudicadas, porque pela própria condição feminina vão abdicar da sua carreira pública, da sua possibilidade de se transformar em agentes públicos, para dar a vez e voz à carreira do seu marido.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Acho que está havendo uma pequena confusão. O fato não é ser parente, e sim a forma de investidura do cargo público.

Quando defendemos que as funções públicas devem ser cada vez mais valorizadas, profissionalizadas, estamos entendendo que Madame Curie e a própria Dra. Franchete eram pessoas que haviam sido contratadas no IPPUC, naquela época não haviam concursos, eram contratadas através de contratos de trabalho, mas já prestavam a sua função com muita dignidade. Não gostaria de discutir o nome, quero discutir uma tese.

Não há nenhum demérito de ser parente. Mas, aquele que tem o poder público de contratação, contratar com o seu livre arbítrio quem desejar sem prestar contas à população. Esta é a dificuldade que queremos esclarecer. E o projeto da Assembléia Legislativa, pelo que eu li, proíbe contratações de familiares na Assembléia Legislativa, no Tribunal de Contas, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, em todos os órgãos públicos, e menos que tenha lido outro projeto.

A grande diferença dos dois projetos é que o Governador quer jogar isso para o futuro, enquanto a Assembléia Legislativa quer que seja implementado desde já.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Governador propõe uma discussão ampla.

Na minha visão, a Assembléia Legislativa não tem que temer a mensagem do Governador, tem que ter coragem de discuti-la. Por que não queremos comparar os dois textos e ir a fundo na discussão? Inclusive quero esclarecer que não tenho nenhum parente empregado no meu gabinete. Todos os meus funcionários são de carreira e não são meus parentes.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Gostaria de demonstrar uma preocupação com relação às esposas dos prefeitos. Por exemplo, o Prefeito

da Lapa, de Piraquara - será que sua esposa não presta um serviço social indispensável?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pelo de Piraquara não posso falar, mas a minha Margarita foi inestimável como minha Secretária da Ação Social. Pergunta nas vilas de Curitiba isso.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Não é uma preocupação pertinente, porque o prefeito se elege prefeito. Quem é que faz o papel da área social?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Que poderá fazer voluntariamente, mas veja Deputado Neivo...

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Voluntariamente não pode, a Prefeitura não pode acatar alguém que preste serviço à Prefeitura sem um vínculo trabalhista.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para concluir, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Para concluir, apelo à Assembléia que discuta tanto a mensagem do Governador como a proposta do Deputado Tadeu Veneri por serem assuntos de matéria idêntica para que não fique a opinião lá fora de que a Assembléia teme o texto do Governador.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, não sei se é possível, mas gostaria de explicar ao Deputado Rafael Greca e aos demais Deputados que, primeiro, não podemos apensar os dois projetos porque é uma comissão especial que analisa PEC e para receber emendas que, aliás, o Deputado José Maria foi relator, ela teve um prazo que já se esgotou há alguns meses; segundo, nós não podemos apensar e mandar para CCJ porque ela não analisa PEC, quem analisa a PEC é uma Comissão Especial.

Com a sua benevolência, Sra. Presidente, talvez até para esclarecer aos Srs. Deputados, nós (nós que eu digo são os trinta e três Deputados que assinam PEC), quando apresentamos a PEC, ela sofreu um Substitutivo do Deputado José Maria, com acréscimos do Deputado Durval Amaral, que prevê a sua extensão ao Tribunal de Contas, Ministério Público, ao Judiciário, ao Legislativo, ao Executivo, às Fundações, a todos os espaços públicos.

Estou solicitando à nossa assessoria que remeta cópia da PEC, do parecer do Deputado José Maria, para todos os Deputados para que hoje à noite possam ler o que significa essa PEC e, amanhã, nós possamos aprová-la, obviamente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu vejo que a mesma comissão não possa analisar junto a Mensagem do Governador. A matéria ainda não foi votada pela Assembléia.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (Pela Ordem)

Só para orientar, nobre Deputado Rafael Greca: se V. Exa. verificar no nosso Regimento Interno, as emendas têm que ser aprovadas quando anunciada a PEC. Quando se dá entrada na PEC se constitui a Comissão, aí tem um prazo regimental para se apresentar as emendas. Esta Presidência acaba de indeferir o requerimento do Deputado Dobrandino que pedia anexação.

Vai ser votada amanhã, por meio do voto nominal dos Srs. Deputados, a PEC que foi assinada pelos Srs. Deputados Estaduais. A do Governador Roberto Requião vai ter o trâmite formal da Casa. Nós vamos fazer a leitura dela amanhã; será constituída uma Comissão Especial dos Srs. Parlamentares para analisar; e terá prazo para as emendas, porque é Emenda Constitucional nós podemos só aprovar ou desaprovar o parecer da Comissão Especial.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Estou apresentando uma Questão de Ordem formal à Mesa e gostaria que a douta assessoria do nosso estimado Presidente a respondesse por escrito.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Estamos recebendo e vamos encaminhar à Comissão respectiva.

Consulto à Liderança do Governo.

(Declina)

Consulto à Liderança da Oposição.

(Declina)

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 116/06, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária, por estar ausente da Capital do Estado, em visita às suas bases eleitorais no Noroeste do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 005/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Detran/PR, para criação de programa ou parceria, que permita a doação a entidades sem fins lucrativos de portadores de necessidades especial, de motos apreendidas pelos órgãos fiscalizadores, para adaptação

ou transformação em cadeiras motorizadas. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Rafael Greca, constante do expediente, Questão de Ordem a respeito de Proposta de Emenda Constitucional nº 40/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiada por outros Parlamentares, ainda não votada pelo Plenário desta Casa. **À Procuradoria Geral da Casa, para Parecer.**

Expediente subscrito pelos Deputados Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Martins, Renato Gaúcho, Barbosa Neto e Neivo Beraldin, membros do Partido, constante do expediente, indicando o nome do Deputado Luiz Carlos Martins, como Líder do PDT, a partir do dia 07 de abril de 2006. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

(O Sr. Presidente Hermas Brandão assume a Presidência da Mesa)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Quero convocar todos os Parlamentares para a Sessão de amanhã quando será discutida a emenda constitucional, PEC sobre o nepotismo, Quero informar aos Srs. Parlamentares que será o item inicial da discussão da pauta do dia de amanhã.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/03, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, alterando o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declara de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná - Caopa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 718/03

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná-Caopa, com sede no município de Medianeira-PR.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da associação já declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudanças de denominação da associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal 10.406 de 2002 - Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 02

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelecendo a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. NA FORMA DA SUBEMENDA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 464/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 464/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelece a exigência de utilização

no pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado do Paraná, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

Este projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Segurança Pública e após votação em 1ª discussão em Plenário, retornou a esta Comissão para manifestar-se em relação à emenda em 2º discussão.

Analisando a Emenda de Plenário, de autoria do Deputado Marcos Isfer, exaramos parecer favorável à mesma, na forma da subemenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.03.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Reni Pereira, Duílio Genari,
Nelson Justus e Luiz Carlos Martins.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA AO
PROJETO DE LEI Nº 464/05

Art. 1º Ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 464/05, será acrescentado o seguinte parágrafo:

§ 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 464/05, passa a ser:

Art. 2º Os órgãos, entes e instituições que visem firmar contrato de gestão, termos de parceria ou qualquer outro instrumento pelo qual venha a ser transferido, voluntariamente, pela Administração Pública Estadual, recursos públicos deverão efetivar o Laudo de Capacidade Técnica, nos termos de cada ramo de atuação.

Sala das Comissões, em 21.03.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira.

Inicialmente vamos votar a Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma de subemenda.

Votando a subemenda automaticamente estará prejudicada a emenda.

Em votação a subemenda.

Aprovada.

Votação ao projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores ocupantes do cargo de Delegado de Polícia, das diferentes classes, do quadro de pessoal da Polícia Civil. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/05, de 25/04/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 211/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei pretende equiparar os servidores ativos e inativos aos que já recebem a referida gratificação por força de decisão judicial.

Mérito

Em face dos princípios de igualdade e equidade e ante a distorção apontada pelo autor do projeto, nada há a obstar o mérito do projeto sob análise.

Constitucionalidade

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 211/05.

Sala das Comissões, em 23.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 211/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Delegado Bradock, tem como objetivo dispor sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores, ocupantes do cargo de Delegado de Polícia, das diferentes classes, do quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Cumprindo o que reza o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, constato que o projeto em tela não esbarra em nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. E ainda, deve-se salientar, a importância da medida proposta pelo ilustre Parlamentar, que visa buscar a equiparação dos servidores ativos e inativos aos que já conseguiram a citada gratificação em função de decisão judicial.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 211/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 211/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores, ocupantes do cargo de Delegado de Polícia, das diferentes classes, do quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça e relatada por este Parlamentar como membro da Comissão de Finanças, exarando a ambas parecer favorável.

Conclusão

Sendo assim, por parte desta Comissão, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 211/05.

Sala das Comissões, em 27.09.05.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, obrigando as empresas de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3.099 de 24.02.1957, e o Decreto nº 50.532 de 05/1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos, e as entidades que ministrem cursos de treinamento desses profissionais a se cadastrarem perante o Poder Público, e define informações e requisitos básicos de interesse da administração e da proteção ao consumidor. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/05, de 31.05.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/05

P A R E C E R :

O presente projeto visa regulamentar as atividades das empresas de informação reservadas ou confidenciais, tanto comerciais quanto particulares, bem como escritórios de detetives particulares autônomos e as entidades que ministram cursos de formação e treinamento desses profissionais: impõe, ainda, multa para o não cumprimento dessa norma.

Diz o artigo 24 da Constituição Federal, o qual trata da competência legislativa dos entes da Federação, em seu inciso V:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

E, ainda, disciplina em seu parágrafo 3º:

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Neste caso, portanto, como inexistente lei federal que trate da matéria apresentada pelo projeto, o Estado torna-se competente para legislar sobre a mesma. Assim, o projeto atende ao fim a que se destina.

Além disso, o artigo 25, parágrafo 1º da mesma Constituição Federal determina:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Não há outra disposição constitucional que vede a elaboração de leis que regulem especificamente um tipo de atividade econômica, no caso, a atividade dos detetives particulares. Além disso, dispõe a Lei Federal nº 3.099, de 24 de maio de 1957, que determina as condições para o funcionamento de estabelecimentos de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, em seu artigo 3º:

Art. 3º A observância das disposições contidas nesta lei não exime os interessados do cumprimento de quaisquer outras exigências legais.

A própria lei, portanto, dá liberdade para o surgimento de outras exigências legais, como é o caso dessa lei.

Com relação à técnica legislativa, o projeto preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, opina-se pela aprovação do projeto em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 03.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 330/05

P A R E C E R :

Trata-se de interesse da segurança pública do Estado.

As razões apresentadas pelo autor justificam plenamente, pois o projeto imporá limitações ao surgimento de agentes ou empresas desqualificadas para o exercício dessas atividades.

Somos favoráveis.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jefferson Nogaroli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 063/05, de 20.06.05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 399/05

P A R E C E R :

Do Projeto

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, objetiva conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jefferson Nogaroli. Apesar da juventude do homenageado, nascido em 22 de junho de 1964 em Astorga-PR, a autora indica suas qualidades e empreendimentos que favorecem o título, entre outros,: um dos idealizadores do Conselho de Desenvolvimento do município de Maringá, sendo seu Vice-Presidente de 1988 até 2000; diretor-Presidente do Grupo São Francisco com lojas em Maringá, Jandaia do Sul e Dourados; foi presidente do Conselho da Associação Comercial e indústria de Maringá (2002/2004); criador da Fundacim, responsável pelo trabalho social da Associação Comercial de Maringá; agraciado com o prêmio de Comerciante do ano de 1993, oferecido pelo Sindicato do Comércio Varejista de Maringá, do qual foi presidente (2001-2003). E conclui a autora: “a vida de Jefferson Nogaroli é voltada para o trabalho, sem esquecer a relevância da sua responsabilidade social.

Do Voto

A Lei regente sobre a matéria, de nº 13.155/01 assim expressa:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

VI - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art.2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 4 (quatro) títulos de cidadão honorário ou de cidadão benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Da análise estritamente legal percebe-se que o Projeto de Lei nº 399/05 se encontra adequado àqueles preceitos, razão porque somos de parecer favorável, à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

A votação será secreta. Os Deputados que foram pela aprovação votem SIM, os contrários NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ademir Bier)
(Procede à Chamada Nominal para votação)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Trinta e sete Srs. Deputados votaram.

Convido os Srs. Elio Rusch, Antonio Anibelli e Duílio Genari para conferência dos votos.

Trinta e sete Srs. Deputados aprovaram.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo o Programa de Compromisso das Empresas e Órgãos Públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/05, de 07.11.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 695/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela, apresentado pelo Deputado Ângelo Vanhoni, tem como escopo instituir um programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná, de modo que estes, ao realizarem obras que requeiram construção ou reconstituição das calçadas, devem fazê-las de acordo com padrões de acessibilidade fixados no bojo do projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não dá óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

Portanto, a iniciativa legislativa também pertence aos Estados, concorrentemente com União e Distrito Federal.

Além disso, tal matéria apresentada pelo membro da Assembléia Legislativa não contraria o artigo 66 da Constituição Estadual, pois não legisla acerca de estruturação ou atribuições de Secretarias de Estado ou órgãos da Administração Pública.

Quanto ao impacto orçamentário-financeiro, não há nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Porém, o referido projeto de lei carece de vícios de técnica legislativa, pois não foram observadas algumas disposições da Lei Complementar 95/98. No artigo 4º que dispõe “revogam-se todas as disposições em contrário”, há ilegalidade frente à referida LC, que determina que todas as revogações devem ser explicitadas e especificadas (artigo 12, I). Porém tal vício pode ser sanado com a adoção de emenda sugerida em anexo.

Por fim, conclui-se que, desde que acolhida a emenda sugerida em anexo, o projeto em tela resta constitucional, visto que a matéria apresentada está abarcada pela Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA

PROJETO DE LEI Nº 695/05

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 695/05, passando o seu texto a vigorar com seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 695/05

P A R E C E R :

1. Relatório

O presente projeto de lei, de iniciativa do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, institui o programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.

A finalidade desta medida é dar condições de acessibilidade às pessoas que possuem condições reduzidas de locomoção, em particular as que utilizam muletas e cadeiras de rodas.

2. Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo desse projeto de lei é instituir um programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná, de modo que estes, ao realizarem obras que requeiram construção ou reconstrução das calçadas, devem fazê-las de acordo com padrões de acessibilidade fixados no bojo do projeto.

A proposta do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, sem dúvida irá obrigar os Planos Diretores e as Políticas Municipais de Planejamento Urbanos a reverem conceitos de que as calçadas construídas ou restauradas pelos órgãos e empresas sejam dentro dos parâmetros de acessibilidade às pessoas com necessidade especiais, assim como as que possuem condições de mobilidade reduzida.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 695/05, de iniciativa do Deputado Ângelo Vanhoni, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 08.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 695/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, institui o Programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, declarando de Utilidade Pública o Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/05, de 22/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 729/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública o Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido pro-

jeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/778, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 756/05, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro na cidade de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/05, de 30/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 756/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro no município de Medianeira/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 759/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispondo sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 63 da Constituição do Estado, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/05, de 05/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 759/05

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei Complementar nº 759/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do artigo 63 da Constituição do Estado, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Fundamentação

O projeto visa atender o disposto no artigo 63, parágrafo único da Constituição do Estado, que assim dispõe:

Art. 63. omissis

Parágrafo Único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Desta forma, o projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 769/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual São João - APMF, com sede e foro no município de Ubatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/05, de 06/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 769/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual São João - APMF, com sede e foro no município de Ubatã, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 773/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, instituindo no Estado do Paraná o dia 06 de dezembro, como o Dia de Luta contra o Câncer de Próstata. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 773/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, no âmbito de nosso Estado, o dia 06 de dezembro, como o Dia de Luta contra o Câncer de Próstata.

Fundamentação

Assim dispõe o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Desta forma, nosso parecer é favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 790/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública a Associação de Ginástica Rítmica - segundo os critérios que determina, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/05, de 13/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 790/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, declara de Utilidade Pública a Associação de Ginástica Rítmica - segundo critérios que determina, e dá outras providências.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 790/05

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 790/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/05, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declarando de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 792/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 797/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Coral Vozes da Estrada, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14/12/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 797/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, declara de Utilidade Pública o Coral Vozes da Estrada, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, com sede em Jundiaí do Sul e foro no município de Ribeirão do Pinhal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 10/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, com sede em Jundiaí do Sul e foro no município de Ribeirão do Pinhal

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281 que liga a localidade Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 012/06

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 012/06, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Antonio Anibelli, tem por escopo denominar de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281 que liga a localidade Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto encontra legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Da mesma forma, quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Cabe ainda salientar, que a resposta da Secretaria de Estado dos Transportes manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do projeto de lei em pauta no que se refere a denominar o trecho que liga a localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul, conforme Ofício nº 137/06 de 09 de março de 2006 daquela pasta, desta forma sanando qualquer dúvida com relação ao artigo 1º da Lei Estadual 8761/88 que trata das alterações de nomes dos prédios públicos estaduais, fatos históricos e geográficos no Estado do Paraná.

Em última análise, a fim de adequar o presente projeto a melhor técnica legislativa, apresenta-se a emenda supressiva em anexo.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 012/06, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 012/06

Fica suprimida a última parte do artigo 2º do Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Sr. Deputado Esta-

dual Antonio Anibelli, as seguintes expressões:
 “revogadas as disposições em contrário”.
 Sala das Comissões, em 21.03.06.
 (aa) DURVAL AMARAL - Presidente
 DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
 PROJETO DE LEI Nº 012/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo denominar de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281 que liga a localidade Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, chamada a opinar, conforme preceitua o artigo 7º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Sala das Comissões, em 21.03.06.
 (aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
 DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, que autoriza o Poder Executivo doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara d'Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06-Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROJETO DE LEI Nº 019/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, autoriza o Poder Executivo a doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara d'Oeste.

O imóvel em questão será utilizado para implantação de moradias alternativas.

O projeto ora analisado está em plena conformidade com as disposições constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma de Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 14.03.06.
 (aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
 LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 SUBSTITUTIVO GERAL AO
 PROJETO DE LEI Nº 019/06

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Itapejara d'Oeste, o imóvel constituído por área de 10.000.00m2 (dez mil metros quadrados) denominada Chácara nº 21-A, no município de Itapejara d'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 7.093 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para a implantação de moradias populares, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.06.
 (aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
 LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Barbosa Neto, Nelson Justus, Carlos Simões, Elton Carlos Welter e Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
 PROJETO DE LEI Nº 019/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 19/06, deriva de Mensagem nº 002/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual e pede a autorização deste Poder Legislativo para promover doação de imóvel que especifica, localizado no município de Itapejara d'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, para companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

A finalidade da transferência de propriedade dos imóveis do Estado para a Cohapar tem por objetivo exclusivo a implantação de moradias alternativas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 14.03.06.
 (aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
 DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Alto São João, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 023/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Alto São João, com sede e foro em Laranjeiras do Sul.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Casa Assistencial Bezerra de Menezes, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/06, de 21/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 035/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Bezerra de Menezes, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel que especifica, localizado no município de Figueira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA

CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 070/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora analisado tem como escopo alterar lei que autoriza doação de imóvel à Cohapar, Companhia de Habitação Paranaense.

Constitucionalidade e Legalidade.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual paranaense.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a Cohapar preenche os requisitos dispostos na Constituição Estadual, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, o parecer desta Comissão é pela **aprovação** do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.03.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 070/06

P A R E C E R :

Esta Comissão chamada a opinar, sob o ponto de vista meritório, nada encontramos que possa viabilizar tal propositura, em virtude do objetivo de tal doação de imóvel ser para construção de moradias alternativas, buscando com isto solucionar o problema de moradia que assola os pequenos municípios do Estado.

Isto posto emitimos parecer favorável à propositura.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Vamos ratificar aqui: os 36 Srs. Deputados votaram SIM e 1 Deputado votou NÃO ao Projeto nº 399/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jefferson Nogaroli.

Foi aprovado com 36 votos SIM e 1 NÃO.

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 510, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior e Barbosa Neto, constante do expediente de Sessão anterior. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 515, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 517 e 518, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 519 e 520, 568 a 570 e 572, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 521, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 522 e 566, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 523 e 524, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 525, 542, 545, 550 e 552, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 527, 529, 531 e 541, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 530 e 573, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 532, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 533 e 535, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 534, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 574, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Indeferido de acordo com os artigos 192/195, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.**

Requerimento nº 536, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 540 e 558, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 543 e 555, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 547 e 548, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 549, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria do Deputado Duílio Genari, com apoioamento do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 567, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 571, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 576 e 577, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 040/05.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 464/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 718/03, 211, 330, 399, 695, 729 e 756/05; do Projeto de Lei Complementar nº 759/05; e dos Projetos de Lei nºs 769, 773, 790, 792, 797/05; 010, 012, 019, 023, 035 e 070/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287, 418/05;
020 e 053/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 21/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Despacho do Diretor Geral

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Protocolo: 1354/06

Requerente: Moacyr Lopes Gouvêa

Assunto: Solicita isenção de desconto do imposto de
renda.

Data: 02/03/06

Despacho:

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da procura-
doria.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Em 15 de março de 2006

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

